

Banco Fator S.A.

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS
Referentes ao Exercício Findo em 31 de Dezembro
de 2016 e Relatório dos Auditores Independentes

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Fator S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Fator S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, de resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Fator e suas controladas, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Consolidado é responsável por essas outras informações, que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Consolidado são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

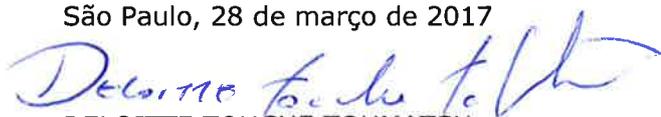
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

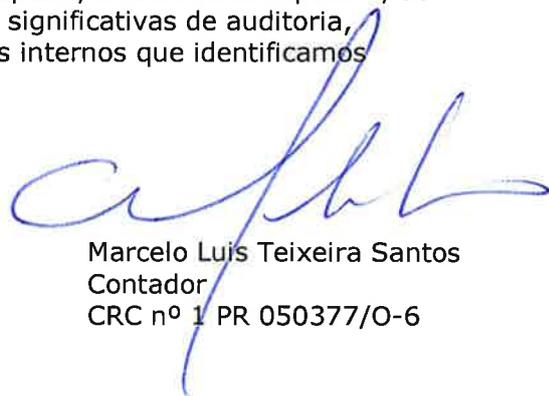
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2017



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Marcelo Luis Teixeira Santos
Contador
CRC nº 1 PR 050377/O-6

Banco Fator S.A. e Empresas Controladas

Demonstrações Financeiras
Consolidadas em IFRS

31 de dezembro 2016 e 2015

Banco Fator S.A. e Empresas Controladas

Relatório da Administração

Prezados Acionistas, Clientes e Colaboradores,

Apresentamos as Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS (International Financial Reporting Standards) do Banco Fator S.A. e Empresas Controladas., acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes, relativas aos períodos de 01/01 a 31/12 de 2016 e de 2015.

A Diretoria

BANCO FATOR S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2016	2015
DISPONIBILIDADES	4	2.928	2.086
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	5	175.027	-
ATIVOS FINANCEIROS	6	717.826	1.008.917
Para negociação		406.399	369.489
Disponíveis para venda		180.670	284.566
Mantidos até o vencimento		130.757	354.862
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	7	-	1.296
EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS		122.670	214.382
Empréstimos e adiantamentos a clientes	8	112.040	172.085
Outros empréstimos e recebíveis	9	10.630	42.297
OUTROS ATIVOS	10	387.094	393.892
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS		89.467	125.179
Correntes	20	47.976	87.435
Diferidos	20	41.491	37.744
ATIVO TANGÍVEL	12	5.370	5.957
ATIVO INTANGÍVEL	13 e 14	9.918	8.584
TOTAL DO ATIVO		1.510.300	1.760.293

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

BANCO FATOR S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
(Expressos em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2016	2015
PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO		<u>651.554</u>	<u>916.479</u>
Depósitos de instituições financeiras	15	86.414	229.090
Depósitos de clientes	16	507.279	576.670
Obrigações por títulos e valores mobiliários	17	36.028	67.348
Outros passivos financeiros	18	21.833	43.371
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	7	-	1.477
PROVISÕES TÉCNICAS DE SEGUROS E RESSEGUROS	19	360.249	350.389
PASSIVOS FISCAIS		<u>7.849</u>	<u>19.618</u>
Correntes	20	7.849	19.618
OUTRAS OBRIGAÇÕES	21	139.725	121.633
PROVISÕES		<u>9.801</u>	<u>6.710</u>
Provisões para riscos, compromissos e outras provisões	22	9.801	6.710
TOTAL DO PASSIVO		<u>1.169.178</u>	<u>1.416.306</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	23	250.011	250.011
Reservas	23	91.777	95.207
Ajuste de avaliação patrimonial		(666)	(1.231)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>341.122</u>	<u>343.987</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>1.510.300</u>	<u>1.760.293</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

BANCO FATOR S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS
FINALIZADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
(Em milhares de reais)

	Nota	2016	2015
Receitas com juros e similares	24	122.434	154.781
Despesas com juros e similares	25	(94.128)	(136.578)
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS E SIMILARES		28.306	18.203
Receitas de tarifas e comissões	26	37.469	48.065
Despesas de tarifas e comissões	26	(5.486)	(7.239)
Ganhos com ativos e passivos financeiros (líquidos)	27	57.659	11.593
Prêmios de seguros	28	153.969	133.624
Sinistros ocorridos	29	(147.687)	(144.929)
Resultado de operações com resseguros	30	40.924	48.618
Outras receitas (despesas) operacionais	31	(24.718)	(890)
TOTAL DE RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS		140.436	107.045
Despesas com pessoal	32	(77.775)	(108.570)
Outras despesas administrativas	33	(33.222)	(40.528)
Despesas tributárias	34	(11.471)	(8.601)
Depreciação e amortização		(3.567)	(5.169)
Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros (líquidos) - Empréstimos e recebíveis		(9.828)	(17.857)
Perdas por redução ao valor recuperável de outros ativos (líquidos)		(1.442)	(65)
Resultado na alienação de ativos não circulantes		(30)	-
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO		3.101	(73.745)
Impostos sobre a renda	20	(1.231)	34.061
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO		1.870	(39.684)
Lucro (Prejuízo) atribuível à controladora		1.870	(39.684)
Lucro Líquido (Prejuízo) por Ação - R\$		0,36	(7,69)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

BANCO FATOR S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
(Em milhares de reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro Líquido (Prejuízo) Consolidado do Exercício	1.870	(39.684)
Outros resultados abrangentes:		
Investimentos financeiros disponíveis para venda	<u>565</u>	<u>(1.049)</u>
Avaliação ao valor justo	1.027	(1.748)
Imposto de renda	(462)	699
Total dos Resultados Abrangentes	<u>2.435</u>	<u>(40.733)</u>
Atribuível à controladora	<u>2.435</u>	<u>(40.733)</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

BANCO FATOR S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
DE 2016 E DE 2015

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros		Resultado abrangente	Lucro (prejuízos) acumulados	Total atribuível ao controlador
		Legal	Estatutária	Ajuste de valor patrimonial		
Saldos em 31 de dezembro de 2014	250.011	18.428	116.463	(182)	-	384.720
Ajuste ao valor justo de TVM	-	-	-	(1.049)	-	(1.049)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(39.684)	(39.684)
Destinação do resultado:						
- Absorção de prejuízo	-	-	(39.684)	-	39.684	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	250.011	18.428	76.779	(1.231)	-	343.987
Mutações do exercício	-	-	(39.684)	(1.049)	-	(40.733)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	250.011	18.428	76.779	(1.231)	-	343.987
Ajuste ao valor justo de TVM	-	-	-	565	-	565
Dividendos (Nora 23)	-	-	(5.300)	-	-	(5.300)
Lucro Líquido	-	-	-	-	1.870	1.870
Destinação do resultado:						
- Reservas de Lucros	-	22	1.848	-	(1.870)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	250.011	18.450	73.327	(666)	-	341.122
Mutações do exercício	-	22	(3.452)	565	-	(2.865)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

BANCO FATOR S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	2016	2015
Lucro Líquido (Prejuízo) do exercício		1.870	(39.684)
Ajustes por:			
Depreciação e amortização	12 e 14	3.567	5.169
<i>Impairment</i> de empréstimos e recebíveis	8	9.827	17.857
Provisão para passivos contingentes		3.091	3.522
Tributos diferidos		(3.747)	(3.240)
Resultado de equivalência patrimonial	11	-	53
Provisões para impostos correntes sobre o lucro	20	5.264	11.435
Variações em:		<u>165.611</u>	<u>9.593</u>
Ativos financeiros		291.656	231.817
Instrumentos financeiros derivativos		(181)	(370)
Empréstimos e recebíveis		81.885	(48.167)
Outros ativos		6.798	(91.828)
Créditos tributários - correntes		39.459	(77.272)
Passivos financeiros ao custo amortizado		(264.925)	(104.240)
Provisões técnicas de seguros e resseguros		9.860	108.517
Passivos fiscais - correntes		(17.033)	(20.016)
Outras obrigações		18.092	11.882
Provisões		-	(730)
Total do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais		<u><u>185.483</u></u>	<u><u>4.705</u></u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Ativo tangível		(1.243)	(1.722)
Ativo intangível		(3.071)	(3.483)
Total do fluxo de caixa líquido das atividades de investimento		<u>(4.314)</u>	<u>(5.205)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendo pagos	23	(5.300)	-
Total do fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento		<u>(5.300)</u>	<u>-</u>
Aumento / (Redução) de caixa ou equivalente de caixa		<u><u>175.869</u></u>	<u><u>(500)</u></u>
Início do período	3q	2.086	2.586
Final do período	3q	177.955	2.086
Aumento / (Redução) de caixa ou equivalente de caixa		<u><u>175.869</u></u>	<u><u>(500)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

BANCO FATOR S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

O Banco Fator S.A. (“Banco Fator” ou “Banco”), organizado sob a forma de banco múltiplo, desenvolve suas operações de modo integrado através das carteiras comercial e de investimentos, e, através de empresas ligadas, atua também nos mercados de seguros, administração de fundos de terceiros (“asset management”) e corretagem de valores mobiliários. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro e de capitais.

O Banco Fator, controlado indiretamente pela Fator Empreendimentos e Participações S.A, é a instituição líder das companhias financeiras do Banco Fator e é uma sociedade anônima constituída e domiciliada no Brasil, à Rua Dr. Renato Paes de Barros, 1.017, 11º e 12º andares, Itaim Bibi, São Paulo – SP.

2. Bases de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos: investimentos disponíveis para venda, instrumentos financeiros derivativos, outros ativos e passivos financeiros mantidos para negociação e ativos e passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado, os quais foram todos mensurados ao valor justo.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a sua moeda funcional e de apresentação.

a) Declaração de conformidade

O Banco Fator elaborou suas demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como as interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC”.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeira, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras relativas aos períodos de 01/01 a 31/12 de 2016 e de 2015 foram aprovadas pela Diretoria em 24 de março de 2017.

b) Uso de estimativas e premissas

O resultado e a determinação do patrimônio são impactados por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pelos administradores da Instituição na elaboração das Demonstrações Financeiras. A Instituição realiza estimativas e premissas que afetam os valores informados de ativos e passivos dentro do próximo exercício fiscal. Todas as estimativas e suposições, as quais estão destacadas abaixo, aplicadas pela administração em conformidade com o IFRS são as melhores estimativas de acordo com a norma, no momento de sua aplicação.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como a avaliação do valor justo de ativos e passivos financeiros, a provisão para riscos, mensuração do valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros e o reconhecimento e avaliação de impostos diferidos.

c) Base de consolidação

i) Controladas

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco Fator compreendem as demonstrações financeiras do Banco Fator e de suas controladas, conforme demonstrado abaixo:

Controladas	2016	2015
Fator S.A. Corretora de Valores	100,00%	100,00%
FAR - Fator Administração de Recursos Ltda.	99,99%	99,99%
Fator Seguradora S.A.	100,00%	100,00%

Controladas são todas as entidades, cujas políticas financeiras e operacionais são conduzidas pela controladora.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido ao Banco Fator. O método de compra é utilizado para registrar a aquisição das controladas. O custo de uma aquisição é mensurado pelo valor justo da importância paga na data da transação, acrescidos dos custos diretamente atribuíveis à aquisição. Os ativos identificáveis, as contingências e os passivos assumidos adquiridos são inicialmente mensurados ao seu valor justo na data da aquisição. Qualquer excesso do valor pago pela aquisição que ultrapassar o valor justo da participação sobre os ativos identificáveis, as contingências e os passivos adquiridos é registrado como ágio, e se o custo da aquisição for menor que o valor justo da participação, o deságio identificado é reconhecido diretamente na demonstração do resultado, no período de aquisição.

Todas as transações entre empresas do Banco Fator são eliminadas na consolidação.

3. Principais práticas contábeis

a) Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a sua moeda funcional e de apresentação.

As variações cambiais decorrentes da conversão dos saldos em moeda estrangeira para a moeda funcional são geralmente reconhecidas pelo seu valor líquido como “Diferenças Cambiais (Líquidas)” na demonstração consolidada do resultado, com exceção das variações cambiais decorrentes de instrumentos financeiros ao valor justo no resultado, que são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado como “Ganhos (perdas) com ativos financeiros (líquidos)” sem distingui-las de outras variações no valor justo.

b) Definições, reconhecimento e classificação dos instrumentos financeiros

i. Definições

“Instrumento financeiro” é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e simultaneamente a um passivo financeiro ou instrumento de patrimônio para outra entidade.

“Instrumentos de patrimônio” é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

“Derivativo” é qualquer instrumento financeiro com vencimento em data futura cujo valor justo se modifica em resposta às mudanças de uma ou mais variáveis de mercado (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou rating de crédito), no qual não haja investimento inicial ou que este seja inexpressivo em comparação ao investimento inicial que seria efetuado em outros instrumentos financeiros não derivativos que respondam de forma similar às mudanças nas mesmas variáveis de mercado destacadas acima.

ii. Data de reconhecimento

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que o Banco se torna uma parte interessada na relação contratual do instrumento. Isso inclui compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega do ativo em tempo determinado estabelecido por regulamento ou padrão do mercado.

iii. Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende de suas características e do propósito e finalidade pelos quais os instrumentos financeiros foram adquiridos pela Administração. Todos os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido do custo da transação, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado.

iv. Classificação dos ativos financeiros para fins de mensuração

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Ativos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo por meio do resultado): essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos com o propósito de geração de resultado no curto prazo decorrente de sua negociação e os derivativos não designados como instrumentos de cobertura (hedge) em estruturas de cobertura contábil (hedge accounting).
- Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado: essa categoria inclui os ativos financeiros híbridos não mantidos para negociação e mensurados, em sua totalidade, ao valor justo. Os ativos financeiros também são classificados nessa categoria com o propósito de fornecimento de informações mais relevantes aos usuários das demonstrações financeiras, seja por eliminar ou reduzir significativamente as inconsistências de reconhecimento ou mensuração (“divergências contábeis”) derivadas da mensuração de ativos ou passivos e reconhecimento de resultado em bases diversas, seja porque há um grupo de ativos financeiros ou passivos financeiros (ou ambos) que é gerido e cujo desempenho é avaliado com base no seu valor justo (de acordo com uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento).

Os instrumentos financeiros incluídos nessa categoria (e em “Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado”) estão submetidos, em caráter permanente, a um sistema integrado e consistente de mensuração, gestão e controle de riscos e retornos, o qual permite o monitoramento e a identificação de todos os instrumentos financeiros e a verificação da redução efetiva do risco. Os ativos financeiros somente podem ser incluídos nessa categoria na data em que são adquiridos ou originados.

- Ativos financeiros disponíveis para venda: essa categoria inclui os ativos financeiros não classificados como “Investimentos mantidos até o vencimento”, “Empréstimos e recebíveis” ou “Ativos financeiros ao valor justo no resultado” e os instrumentos de patrimônio emitidos por outras entidades que não são subsidiárias, coligadas e entidades controladas em conjunto.

Ativos financeiros disponíveis para venda são demonstrados ao valor justo com as alterações no valor justo reconhecidas em componente destacado de “ajuste ao valor justo” no patrimônio líquido, líquido de efeitos tributários, com exceção das perdas por redução do valor recuperável e juros destes ativos os quais são reconhecidas no resultado. Quando o investimento é alienado ou tem indícios de perda por redução do valor recuperável, o resultado anteriormente acumulado na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado.

- Empréstimos e recebíveis: essa categoria inclui empréstimos, financiamentos e outros recebíveis com ou sem característica de concessão de créditos, com base em sua natureza, independentemente do tipo de tomador e da forma de concessão de crédito. A característica preponderante do grupo de empréstimos e recebíveis é a não existência de mercado ativo, sendo estes mensurados pelo custo amortizado, reduzidos por eventual redução no valor recuperável, onde as receitas deste grupo são reconhecidas em base de rendimento efetivo por meio da utilização da taxa efetiva de juros.

- Investimentos mantidos até o vencimento: essa categoria inclui os instrumentos de dívida negociados em mercado ativo, com vencimento fixo e pagamentos fixos ou determináveis, para os quais o Banco tem intenção e capacidade comprovada de mantê-los até o vencimento. Estes investimentos são mensurados ao custo amortizado menos perda por não recuperação, com receita reconhecida em base de rendimento efetivo, por meio da utilização da taxa efetiva de juros.

v. Classificação dos ativos financeiros para fins de apresentação

- “Disponibilidades”: saldos de caixa, depósitos a vista no Brasil e no exterior e saldos credores à vista referentes a depósitos no Banco Central do Brasil (reservas livres).
- “Aplicações interfinanceiras de liquidez”: créditos de qualquer natureza, inclusive em operações realizadas no mercado aberto, em nome de instituições financeiras e outras entidades cujo funcionamento seja condicionado à autorização do Banco Central do Brasil.
- “Instrumentos de dívida”: bônus e outros títulos que representam dívida para o emissor que rendem juros e foram emitidos de forma física ou escritural.
- “Instrumentos de patrimônio”: instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, tais como ações, com natureza de instrumentos de patrimônio para a emissora, exceto investimentos em subsidiárias, em entidades controladas ou em conjunto ou coligadas.
- “Instrumentos financeiros derivativos”: inclui o valor justo em favor do Banco dos derivativos que não foram designados como instrumento de cobertura (hedge) em estruturas de cobertura contábil dos instrumentos de hedge (hedge accounting).
- “Empréstimos e adiantamentos a clientes”: inclui saldos devedores de todos os demais créditos e empréstimos cedidos pelo Banco, exceto os representados por títulos.
- “Empréstimos e recebíveis”: incluem os empréstimos concedidos pelo Banco, exceto os representados por títulos e saldos devedores de natureza financeira em favor do Banco, saldos credores em relação a câmaras de compensação e agências de liquidação por transações em bolsa de valores e mercados organizados, créditos de taxas e comissões, depósitos efetuados por determinação judicial e outras contas a receber.
- “Outros Ativos”: referem-se basicamente a saldos a receber no curto prazo junto a entidades não consideradas como “Instituições Financeiras” ou “Clientes”.

vi. Classificação dos passivos financeiros para fins de mensuração

- Passivos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo no resultado): essa categoria inclui os passivos financeiros emitidos com o propósito de geração de resultado no curto prazo, derivativos não designados como instrumentos de cobertura (hedge) em estruturas de cobertura contábil (hedge accounting), e os passivos financeiros resultantes de venda direta de instrumentos de capital de propriedade de terceiros mediante compromisso de recompra (posições vendidas “short”).
- Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado: essa categoria inclui os passivos financeiros híbridos não classificados como “para negociação” e mensurados, em sua totalidade, ao valor justo. Os passivos financeiros também são classificados nessa categoria com o propósito de fornecimento de informações mais relevantes aos usuários das demonstrações financeiras, seja por eliminar ou reduzir significativamente as inconsistências de reconhecimento ou mensuração, derivadas da mensuração de ativos ou passivos e reconhecimento de resultado em bases diversas, seja porque há um grupo de ativos financeiros ou passivos financeiros (ou ambos) que é gerido e cujo desempenho é avaliado com base no seu valor justo (de acordo com uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento).
- Passivo financeiro ao custo amortizado: passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento, não incluídos em nenhuma das categorias anteriores e resultantes de atividades de captação de recursos realizadas pelas instituições financeiras.

vii. Classificação dos passivos financeiros para fins de apresentação

Os passivos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas da demonstração da posição financeira consolidada:

- “Depósitos de instituições financeiras”: depósitos de qualquer natureza, inclusive, recebidos em nome de instituições financeiras e outras entidades cujo funcionamento seja condicionado à autorização do Banco Central do Brasil.
- “Depósitos de clientes”: inclui os depósitos a prazo recebidos pelo Banco e todos os demais saldos credores do banco junto aos seus clientes.
- “Obrigações por títulos e valores mobiliários”: inclui o valor de dívidas representadas por títulos negociáveis, exceto passivos subordinados.
- “Outros passivos financeiros”: são registradas nesta rubrica as obrigações por empréstimos e repasses e valores a liquidar relacionados às operações interfinanceiras e por intermediação de valores.
- “Instrumentos financeiros derivativos”: inclui o valor justo a pagar pelo Banco dos derivativos que não foram designados como instrumento de cobertura (hedge) em estruturas de cobertura contábil dos instrumentos de hedge (hedge accounting).

c) Mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo

i. Mensuração dos ativos financeiros

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo, exceto empréstimos e recebíveis, e instrumentos de patrimônio cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente segura e derivativos que tenham como objeto instrumentos de patrimônio com estas características.

Os instrumentos de patrimônio cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente segura e os derivativos financeiros que tenham de forma subjacente instrumentos de patrimônio com estas características e que sejam liquidados mediante a entrega desses instrumentos, são mensurados ao custo de aquisição, ajustado, conforme o caso, às perdas por não recuperação relacionadas.

Os valores pelos quais os ativos financeiros são reconhecidos representam, sob todos os aspectos relevantes, a exposição máxima da Instituição ao risco de crédito relativo aos ativos financeiros pós-fixados na data base de cada uma das demonstrações financeiras. Os ativos financeiros pré-fixados estão apresentados a valor presente e o risco de exposição máxima é representado pelo valor futuro contratado na data de vencimento.

A “taxa de juros efetiva” é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro. No caso dos instrumentos financeiros de taxa fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, ágios ou deságios, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de taxa variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

ii. Mensuração dos passivos financeiros

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, conforme definido anteriormente.

iii. Técnicas de avaliação

Instrumentos financeiros ao valor justo, determinados com base em cotações públicas de preços em mercados ativos (Nível 1), incluem títulos de dívidas, ações de empresas listadas, cotas de fundos, posições compradas e vendidas e Futuros.

Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do valor justo de seus instrumentos financeiros. Na maioria dos casos, esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros observáveis de mercado como uma importante referência (Nível 2). Várias técnicas são empregadas para fazer essas estimativas, inclusive à extrapolação de dados observáveis de mercado e técnicas de extrapolação. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados observáveis de mercado, sobretudo taxas de juros.

A Instituição não apresentava em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 instrumentos financeiros mensurados com base em modelos internos que não utilizem substancialmente dados observáveis de mercado (Nível 3).

Na utilização de dados observáveis de mercado, assume-se que os mercados em que a Instituição atua estão operando de forma eficiente e conseqüentemente, esses dados são representativos.

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
	<u>Valor Justo</u>	<u>Valor Justo</u>
Ativos financeiros para negociação - Nível 1	371.939	335.957
Ativos financeiros para negociação - Nível 2	34.460	34.828
Ativos financeiros disponível para venda - Nível 1	97.140	122.353
Ativos financeiros disponível para venda - Nível 2	83.530	162.213
Passivos financeiros para negociação - Nível 1	-	(1.477)
	<u>587.069</u>	<u>653.874</u>

iv. Valor justo de ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Conforme mencionado anteriormente, os ativos financeiros de propriedade do Banco são mensurados ao valor justo no balanço patrimonial, exceto empréstimos e recebíveis.

No mesmo sentido, os passivos financeiros, exceto os passivos financeiros para negociação e os mensurados ao valor justo, são avaliados ao custo amortizado no balanço patrimonial.

d) Baixa de ativos e passivos financeiros

i. Ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou parte aplicável de um ativo financeiro ou um grupo de ativos semelhantes) é baixado quando:

- o direito de receber o fluxo de caixa do ativo estiver vencido; ou
- o Banco transferiu o direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou tenha assumido a obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido, no montante total, sem demora material, a um terceiro e se: (a) o Banco transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; ou (b) o Banco não transferiu substancialmente ou reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas tenha transferido o controle sobre o ativo.

ii. Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação em relação ao passivo é eliminada, cancelada ou vencida. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença no valor contábil é reconhecida no resultado.

e) Apresentação líquida de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

f) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

As perdas em ativos financeiros não classificados como “para negociação” são reconhecidas quando há evidência objetiva de deterioração em ativo individualmente ou de um grupo de ativos com mesmas características (caso estes não sejam significativos para avaliação individual).

i. Ativos Financeiros avaliados individualmente

A cada data do balanço patrimonial, o Banco avalia se há alguma evidência objetiva de deterioração dos ativos. Este procedimento é aplicado a todos os ativos financeiros considerados individualmente significativos.

A evidência objetiva de deterioração existe se um ou mais dos seguintes eventos ocorreu:

- o devedor está passando por dificuldades financeiras;
- ocorrência de quebra contratual, ou inadimplência no pagamento de juros ou do principal;
- alta probabilidade de que a contraparte entre em falência ou sofra reorganização societária; e
- evidência de deterioração no valor da garantia atrelada ao ativo.

As perdas em decorrência de redução ao valor recuperável são calculadas através do desconto do fluxo de caixa esperado do ativo utilizando sua taxa de juros efetiva original e por meio da comparação do valor presente resultante com o valor contábil atual do ativo, sendo esta diferença lançada imediatamente no resultado contábil do exercício. O valor contábil do ativo deteriorado no balanço patrimonial é reduzido através do uso de uma conta de provisão.

Se o valor da perda mensurada para um ativo deteriorado diminui num período subsequente e esta diminuição pode ser relacionada objetivamente a um evento que ocorreu após o reconhecimento da redução do valor recuperável, o excesso é reconhecido através da redução da conta de provisão do ativo. A reversão é reconhecida em contrapartida ao resultado contábil do exercício.

Ativos financeiros (e a respectiva conta de provisão para deterioração) são normalmente baixados, mesmo que parcialmente ou no total, quando não há expectativa de recuperação destes valores.

ii. Ativos avaliados coletivamente

Os ativos financeiros avaliados coletivamente são divididos em dois grupos: provisões para ativos em atraso que estão abaixo do limiar da avaliação individual (provisões para deterioração coletiva) e perdas em ativos que foram incorridas, mas que não foram identificadas separadamente na data do balanço patrimonial (provisões latentes). Ativos financeiros avaliados individualmente que não possuam evidência de perda identificada e que não estão em atraso são agrupados de acordo com suas características de risco de crédito com o propósito de se calcular uma perda coletiva estimada. Isto reflete as perdas por deterioração incorridas na data do balanço patrimonial que só serão identificadas individualmente no futuro.

A provisão para deterioração coletiva é determinada levando-se em conta:

- a experiência histórica de perda em portfólios com características similares de risco de crédito;
- o período estimado entre a ocorrência da deterioração e a perda que está sendo identificada; e
- o julgamento da administração sobre a influência das condições econômicas e de crédito nos atuais níveis de perda registrados e verificação quanto à necessidade de incremento ou redução da provisão calculada com base na experiência histórica de perda.

g) Operações compromissadas

Compras (vendas) de ativos financeiros com base em um contrato de revenda (recompra) não opcional a preço fixo são reconhecidas no balanço patrimonial consolidado, com base na natureza do devedor (credor).

h) Ativos não correntes mantidos para venda

O Banco Fator classifica os ativos em não correntes mantidos para venda, quando seu valor contábil puder ser recuperado, principalmente, por meio de uma operação de venda e não pelo uso contínuo e que também satisfaçam aos critérios de classificação como mantidos para venda. Estes são avaliados pelo menor valor entre o saldo contábil e o valor justo, menos os custos de venda.

i) Ativo tangível

Ativo tangível inclui sistemas de processamento de dados, sistemas de comunicação, instalações e móveis e equipamentos de uso de propriedade das entidades consolidadas e benfeitorias em imóveis de terceiros, sendo apresentado pelo custo de aquisição menos a respectiva depreciação acumulada e qualquer perda por redução no valor recuperável (valor contábil líquido superior ao valor recuperável).

Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição adicionado de todos os custos incrementais necessários para colocar o ativo em local e condição de uso, sendo que os custos incorridos posteriormente com estes ativos são imediatamente reconhecidos na rubrica de "outras despesas administrativas".

A depreciação é determinada pelo método linear com base na vida útil estimada em 5 anos para sistemas de processamento de dados, e 10 anos para sistemas de comunicação, instalações e móveis e equipamentos de uso. As benfeitorias em imóveis de terceiros são depreciadas pelo prazo de vigência do contrato de aluguel.

As entidades consolidadas avaliam, na data-base das informações financeiras, se há qualquer indicação de que um ativo pode ser não recuperável (ou seja, seu valor contábil excede seu valor recuperável). Caso tal situação ocorra, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil remanescente (se a vida útil precisar ser re-estimada).

j) Ativo intangível

O ativo intangível representa ativos identificáveis (separáveis de outros ativos) sem substância física que resultem de um direito legal ou outro tipo de contrato que dê ao Banco o controle efetivo do ativo ou que sejam desenvolvidos internamente pelas entidades consolidadas. Somente são reconhecidos ativos cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais as entidades consolidadas considerem provável a geração de benefícios econômicos futuros.

Ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção, mais os custos para colocá-los em situação e condição de uso. Estes ativos são subsequentemente mensurados ao custo de aquisição menos qualquer amortização acumulada e quaisquer descontos ao valor recuperável.

São compostos substancialmente por softwares adquiridos junto a fornecedores externos. Esses gastos são amortizados pelo prazo de licenças desses softwares.

As entidades consolidadas reconhecem qualquer perda por redução ao valor recuperável deste grupo de ativos. Os critérios utilizados para reconhecer estas perdas são similares aos utilizados para ativos tangíveis (vide nota nº 3 i).

k) Provisões e ativos e passivos contingentes

Os Administradores das entidades consolidadas, ao elaborarem suas respectivas demonstrações financeiras, efetuaram uma distinção entre:

- Provisões: saldos credores representativos de obrigações presentes (legais ou presumidas) na data do balanço patrimonial decorrentes de eventos passados cuja ocorrência seja considerada provável e cuja natureza seja certa, embora o valor e/ou época sejam incertos.
- Obrigações legais: derivam de obrigações legais ou contratualmente estabelecidas, oriundas de eventos passados, substancialmente representados por obrigações tributárias cuja legalidade e a constitucionalidade das leis que as constituíram estão sendo contestados judicialmente. Os montantes correspondentes são reconhecidos integralmente nas informações financeiras e atualizadas até a data de balanço.
- Passivos contingentes: possíveis obrigações que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não-ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle das entidades consolidadas. Incluem as obrigações presentes das entidades consolidadas, caso não seja provável que uma saída de recursos será necessária para a sua liquidação.
- Ativos contingentes: ativos originados em eventos passados e cuja existência dependa, e somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não-ocorrência, de eventos futuros que não estejam totalmente sob controle das entidades consolidadas. Ativos contingentes não são reconhecidos na demonstração de posição financeira, mas sim divulgados nas notas explicativas, exceto quando seja provável que esses ativos venham a dar origem a um aumento em recursos que incorporem benefícios econômicos.

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco incluem todas as provisões substanciais em relação às quais se considere grande a possibilidade de que a obrigação tenha de ser liquidada. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes não devem ser reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, mas sim divulgados nas notas explicativas.

Provisões são utilizadas para suprir as obrigações específicas para as quais foram originalmente reconhecidas. Tais provisões são constituídas com base nas melhores informações disponíveis sobre os eventos que lhe deram origem, sendo revisadas e ajustadas (quando necessárias) ao final do período. Provisões são total ou parcialmente revertidas quando essas obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

l) Reconhecimento de receitas e despesas

Os critérios mais significativos utilizados pelo Banco para reconhecer suas receitas e despesas são resumidos a seguir:

i. Receitas e despesas com juros

As receitas e despesas de juros e similares, as comissões pagas ou recebidas que sejam componentes do retorno esperado da operação e todos os custos inerentes atrelados a originação do ativo ou captação do passivo são reconhecidas no resultado pelo prazo dos instrumentos financeiros originados (regime de competência) por meio da utilização do método da taxa de juros efetiva.

ii. Receita de dividendos

Os dividendos recebidos de investimentos não considerados como sociedades coligadas ou controladas são reconhecidos como receita quando o direito de recebê-los for originado para as entidades consolidadas (deliberação do Conselho de Administração).

iii. Comissões e itens similares

As receitas e despesas de comissões são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado utilizando-se critérios que variam de acordo com as características das operações que as originaram. Os principais critérios são os seguintes:

- Receitas e despesas de tarifas e comissões, relativas a ativos financeiros e passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado, são reconhecidas no resultado quando pagas;
- As receitas ou despesas recebidas ou pagas em decorrência de prestação de serviço são reconhecidas de forma linear pelo período de tempo em que perdurar a prestação destes serviços;
- As receitas e despesas recebidas ou pagas em decorrência de prestação de serviço cujo valor seja incerto ou cujo estabelecimento do direito de receber ou pagar esteja condicionado a um ou mais eventos futuros onde a ocorrência seja incerta são reconhecidas em um único ato quando o valor a receber se tornar conhecido ou quando o evento futuro de fato se concretizar.

iv. Receitas e despesas não financeiras

São reconhecidas quando for provável que os benefícios econômicos ou custos fluirão para a entidade, respeitando o prazo e características da relação contratual que lhes deram origem.

m) Garantias financeiras

O Banco Fator emite garantias financeiras aos seus clientes, no curso normal dos seus negócios bancários.

Garantias financeiras são definidas como contratos pelos quais uma entidade se compromete a efetuar pagamentos específicos em nome de um terceiro se este não o fizer independentemente das diversas formas jurídicas que possam ter, tais como garantias, créditos documentários irrevogáveis emitidos ou confirmados pela entidade, etc.

O Banco reconhece inicialmente as garantias financeiras prestadas no passivo do balanço patrimonial consolidado ao valor justo, que geralmente é o valor presente de taxas, comissões e juros a receber desses contratos ao longo de seu prazo, e, simultaneamente, os valores de taxas, comissões e juros a receber ao valor presente, caso estes não tenham sido liquidados no início do contrato.

Garantias financeiras, independentemente do avalista, da instrumentação ou de outras circunstâncias, são revisadas periodicamente para a determinação do risco de crédito a que estão expostas e, conforme o caso, para considerar se uma provisão é necessária. O risco de crédito é determinado pela aplicação de critérios similares aos estabelecidos para a quantificação de perdas por não recuperação sobre instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado.

n) Ativos fiduciários e fundos de investimento administrados pelo Banco

As entidades consolidadas oferecem serviços fiduciários que resultam em custódia ou investimento de ativos em nome dos seus clientes. Ativos mantidos em capacidade fiduciária não são registrados nas demonstrações financeiras, já que estes não são ativos que pertencem às entidades consolidadas, porém os valores totais desses ativos são divulgados através de nota explicativa (vide nota nº 42 – Outras divulgações – títulos e valores mobiliários sob custódia).

Também por serem propriedades de terceiros, os fundos de investimento administrados pelo Banco não são apresentados nas demonstrações financeiras, sendo os valores de seus patrimônios líquidos divulgados na nota nº 40 – Outras divulgações – Recursos administrados não registrados no balanço.

o) Impostos sobre a renda

A apuração das bases de cálculo tributáveis do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro foi efetuada tomando-se por base a legislação fiscal vigente para o período-base. As alíquotas aplicadas sobre as bases de cálculo apuradas são: imposto de renda 15%, com adicional de 10% e contribuição social de 15% até 31 de agosto de 2015, passando a 20% a partir de 1º de setembro de 2015.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários do Banco está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

A expectativa de recuperação dos créditos tributários é de 10 (dez) anos. A compensação depende da natureza do crédito gerado, oriunda de prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporariamente indedutíveis, compostas por provisão para créditos de liquidação duvidosa e marcação a mercado.

A despesa de Imposto sobre a renda é reconhecida na demonstração consolidada do resultado, exceto quando resulta de uma transação reconhecida diretamente no patrimônio líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal será reconhecido também no patrimônio líquido.

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como: valores a pagar ou a recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado.

Ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que sejam considerados prováveis que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados, e os ativos fiscais diferidos não resultem do reconhecimento inicial (salvo em uma combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma operação que não afete nem o lucro real nem o lucro contábil.

Os ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço patrimonial a fim de determinar se ainda existem, realizando-se os ajustes adequados com base nas constatações das análises realizadas.

p) Contratos de seguros

O Fator emite contratos a clientes contendo riscos de seguro. Contratos de seguro celebram um acordo pelo qual a seguradora aceita o risco significativo de seguro da outra parte (o titular da apólice), concordando em indenizar o segurado no caso da ocorrência de um evento futuro e incerto, previsto no contrato.

Contratos de seguros são contabilizados conforme abaixo:

Prêmios

Prêmios de seguro são reportados como receita durante o prazo dos contratos de seguro, baseados na proporção dos riscos suportados durante o período da operação. O prêmio não ganho (na proporção do negócio contratado) é calculado mensalmente em base pro-rata.

Os prêmios de resseguro são contabilizados no mesmo período dos contratos de seguros a que eles estão diretamente relacionados.

Os custos de originação relacionados com a emissão de novos contratos de seguros ou pela renovação são diferidos e amortizados durante o prazo de vigência destes.

Sinistros e recuperações de resseguros

Sinistros de seguro bruto incluem sinistros pagos e movimentações em passivos de sinistros não liquidados.

Sinistros de seguro bruto refletem o custo total dos sinistros avisados durante o ano, custos de regulação e sinistros ocorridos, mas ainda não avisados. Sinistros registrados durante o ano incluem os avisados e indenizados.

Os avisos dos sinistros são reconhecidos quando o pagamento é devido. Recuperações de resseguros são contabilizadas no mesmo período do referido aviso.

Avisos de contratos de seguros

Passivos de sinistros vigentes para contratos de seguro são baseados na importância segurada. Passivos de sinistros ocorridos, mas não avisados são registrados em base estimada, utilizando técnicas estatísticas apropriadas.

Um teste de adequação de passivo é executado para avaliar se o valor contábil de um passivo de seguro precisa ser aumentado, baseado em uma análise dos fluxos de caixas futuros. Ao realizar o teste de adequação do passivo, todos os fluxos de caixa contratuais são descontados e comparados com o valor contábil do passivo.

Caso seja identificada qualquer insuficiência, registra-se, imediatamente, uma provisão complementar à aquelas já registradas na data do teste, em contrapartida ao resultado do período, reduzindo-se ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros.

q) Demonstração dos fluxos de caixa

Os termos, a seguir, são usados na demonstração consolidada dos fluxos de caixa com os seguintes significados:

- Caixa e equivalentes de caixa: são representados por disponibilidades em moeda nacional ou em moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva da aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança no valor justo, sendo utilizados para gerenciamento dos compromissos de curto prazo.
- Fluxos de caixa: são entradas e saídas de caixa e equivalentes de caixa.
- Atividades operacionais: são as principais atividades geradoras de receita de uma entidade e outras que não sejam atividades de financiamento ou de investimento.
- Atividades de investimento: são a aquisição e a alienação de ativos de longo prazo e outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa.
- Atividades de financiamento: são atividades que resultam em mudanças no tamanho e na composição do patrimônio líquido e no endividamento da entidade.

Composição de caixa e equivalentes de caixa

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Depósitos e reservas no Banco Central (nota 4)	2.928	2.086
Aplicações no mercado aberto (nota 5)	175.027	-
	<u>177.955</u>	<u>2.086</u>

r) Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Não houve por parte do Banco Fator adoção antecipada das normas e/ou alterações das normas apresentadas abaixo.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Classificação e Mensuração – introduz novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros. Esta norma passa a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida. Administração está avaliando os impactos da referida norma em suas demonstrações financeiras.

IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes – Requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2018.

IFRS 16 – Arrendamento Mercantil – Elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: (a) reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais; (b) reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente; e (c) reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019.

O Banco pretende adotar as normas aplicáveis quando as mesmas entrarem em vigor.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pelo Banco.

4. Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Caixa	1	1
Depósitos livres junto ao Banco Central do Brasil (a)	2.927	2.085
	<u>2.928</u>	<u>2.086</u>

(a) Depósitos livres junto ao Banco Central do Brasil representam reservas em espécie e estão disponíveis para o uso do Banco Fator em suas operações diárias.

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
	<u>Até 90 dias</u>	<u>Até 90 dias</u>
Aplicações no mercado aberto		
Posição bancada - Tesouro Nacional	175.027	-
	<u>175.027</u>	<u>-</u>

A nota 41 – Risco de liquidez - contém detalhes dos períodos de vencimento das aplicações interfinanceiras de liquidez.

6. Ativos financeiros

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Para Negociação		
Instrumentos de dívida e Instr. de patrimônio:		
<u>Títulos públicos</u>		
Letras Financeiras do Tesouro	161.198	178.177
Letras do Tesouro Nacional	16.387	64.647
Notas do Tesouro Nacional	45.498	26.817
<u>Títulos privados</u>		
Debêntures	34.460	34.828
Certificados de Depósito Bancário	-	514
Bônus de Subscrição de Cias Abertas	749	1.000
Quotas de Fundos de Investimentos	148.107	61.544
Ações de Companhias Abertas	-	1.962
	<u>406.399</u>	<u>369.489</u>
Disponíveis para venda		
Instrumentos de dívida e Instr. de patrimônio:		
<u>Títulos públicos</u>		
Letras Financeiras do Tesouro	30.609	-
Notas do Tesouro Nacional	10.102	59.770
<u>Títulos privados</u>		
Debêntures	83.530	162.213
Certificados de Recebíveis do Agronegócio	8.425	-
Cédula de Produto Rural	-	3.478
Certificados de Recebíveis Imobiliários	5.862	283
Nota Comercial	31.827	22.072
Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio	10.315	36.750
	<u>180.670</u>	<u>284.566</u>
Mantidos até o vencimento		
Instrumentos de dívida:		
<u>Títulos públicos</u>		
Letras do Tesouro Nacional	-	199.946
Notas do Tesouro Nacional	-	40.589
<u>Títulos privados</u>		
Certificados de Depósito Bancário	130.757	114.327
	<u>130.757</u>	<u>354.862</u>
	<u>717.826</u>	<u>1.008.917</u>

A nota 41 – Risco de liquidez - contém detalhes dos períodos de vencimento dos ativos financeiros.

Em 30/06/2015 foi efetuada a transferência de debêntures da categoria "Para negociação" para categoria "Disponíveis para venda" no montante de R\$ 55.009.

Em 30/06/2016 foi efetuada a transferência de NTN-B da categoria "Títulos Mantidos até o Vencimento" para categoria "Títulos para Negociação" no montante de R\$ 43.440, com efeito positivo no resultado de R\$ 776, a referida posição foi realizada em julho/16.

7. Instrumentos financeiros derivativos (ativo e passivo)

	<u>2016</u>		<u>2015</u>	
	<u>Saldo</u>	<u>Saldo credor</u>	<u>Saldo</u>	<u>Saldo credor</u>
	<u>devedor</u>		<u>devedor</u>	
Risco de preços	-	-	1.296	(1.477)
	-	-	1.296	(1.477)

8. Empréstimos e adiantamentos a clientes

a) Composição

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Empréstimos e recebíveis:		
Empréstimos e recebíveis ao custo amortizado	141.527	191.745
Provisão para perdas por não-recuperação ("impairment")	<u>(29.487)</u>	<u>(19.660)</u>
Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquidos	<u>112.040</u>	<u>172.085</u>

b) Detalhes

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Tipo de crédito:		
Empréstimos	91.852	132.796
Cheque Especial e conta garantida	4.542	113
Financiamentos à exportação	<u>45.133</u>	<u>58.836</u>
Total	<u>141.527</u>	<u>191.745</u>

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Setor devedor:		
Industria	45.133	61.903
Comércio	12.725	15.060
Outros serviços	78.682	114.251
Pessoas físicas	4.987	531
Total	<u>141.527</u>	<u>191.745</u>

c) Movimentação da provisão para empréstimos e adiantamentos

Composição	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Provisão para empréstimos e adiantamentos a clientes	<u>(29.487)</u>	<u>(19.660)</u>
	<u>(29.487)</u>	<u>(19.660)</u>

PDD por classe de ativos	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Empréstimos	(27.184)	(16.718)
Cheque Especial e conta garantida	(46)	(1)
Financiamentos à exportação	<u>(2.257)</u>	<u>(2.941)</u>
Total	<u>(29.487)</u>	<u>(19.660)</u>

Saldo inicial	(19.660)	(1.991)
Complemento de provisão:	(13.188)	(22.901)
Reversão de provisão:	3.361	867
Baixa Prejuízo	-	4.365
Saldo final	<u>(29.487)</u>	<u>(19.660)</u>

9. Outros empréstimos e recebíveis

	2016	2015
Rendas a receber	7.207	6.326
Negociação e intermediação de valores	3.423	34.688
Intermediação de operações de swap de clientes	-	1.283
	<u>10.630</u>	<u>42.297</u>

10. Outros ativos

	2016	2015
Despesas antecipadas (a)	135.652	117.349
Valores a receber	10.340	3.488
Prêmios de seguros a receber	81.721	66.667
Sinistro de resseguros	90.843	134.426
Devedores diversos país	46.281	40.324
Depósitos Judiciais (b)	20.700	30.287
Depósitos vinculados ao Banco Central do Brasil	108	209
Outros créditos	1.449	1.142
	<u>387.094</u>	<u>393.892</u>

(a) Referem-se principalmente a ativos de resseguro – provisões técnicas.

(b) Referem-se basicamente a depósitos judiciais relativos ao ISS incidente sobre corretagens de operações na BM&F, multas aplicadas pela SRF pela não entrega de informações sobre a CPMF no prazo e IRPJ e CSLL sobre a atualização monetária dos títulos patrimoniais da BM&F e BOVESPA, os quais estão sendo questionados judicialmente, na Corretora.

11. Participações em coligadas

Composição

	Participação em %		Investimentos		Resultado de equivalência	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Brasil Agrosec Companhia Securitizadora ⁽¹⁾	-	9,90%	-	-	-	(53)
Total			<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(53)</u>

(1) Em 02/2016 houve a alienação do investimento. Em 12/2015, o Banco Fator detinha 9,90% de participação societária da Brasil Agrosec Companhia Securitizadora, não possuindo o controle, seja através de direito de veto ou outros itens de acordo de acionistas, portanto não existia a obrigatoriedade de consolidação.

12. Ativo tangível

a) Composição

	2016			2015		
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Instalações	2.818	(859)	1.959	1.872	(47)	1.825
Sistemas de processamento de dados	7.337	(5.861)	1.476	7.074	(5.468)	1.606
Móveis e equipamentos de uso	2.764	(2.133)	631	2.613	(1.929)	684
Outros	6.309	(5.005)	1.304	6.460	(4.618)	1.842
Saldos	<u>19.228</u>	<u>(13.858)</u>	<u>5.370</u>	<u>18.019</u>	<u>(12.062)</u>	<u>5.957</u>

b) Variações

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Custo:		
Saldos no início do exercício	18.019	23.156
Adições/(baixas) líquidas	<u>1.209</u>	<u>(5.137)</u>
Saldos no final do exercício	<u>19.228</u>	<u>18.019</u>
	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Depreciação acumulada:		
Saldos no início do exercício	(12.062)	(17.083)
Adições/(baixas)	34	6.859
Depreciação	<u>(1.830)</u>	<u>(1.838)</u>
Saldos no final do exercício	<u>(13.858)</u>	<u>(12.062)</u>

13. Ativo intangível – Ágio / Deságio

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade, pelo menos uma vez por ano ou em menor período, no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo.

Para este efeito, a Administração estima o fluxo de caixa que está sujeito a vários fatores, como: (i) projeções macroeconômicas de taxa de juros, inflação, taxa de câmbio e outras; (ii) comportamento e estimativas de crescimento do sistema financeiro nacional; (iii) aumento dos custos, retornos, sinergias e plano de investimentos; (iv) comportamento dos clientes; e (v) taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade. A adoção dessas estimativas envolve a probabilidade de ocorrência de eventos futuros e a alteração de algum destes fatores poderia ter um resultado diferente.

Baseado nas premissas descritas acima não foi identificada nenhuma perda do valor recuperável do ágio em 2016 e em 2015.

A composição do ágio é a seguinte:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fator Seguradora S.A.	3.194	3.194
	<u>3.194</u>	<u>3.194</u>

14. Ativo intangível – Outros ativos intangíveis

a) Composição

	Vida útil estimada	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Com vida útil definida:			
Desenvolvimentos de Tecnologia de Informação	5 anos	9.868	7.708
Amortização acumulada		<u>(3.144)</u>	<u>(2.318)</u>
Saldos no final do exercício		<u>6.724</u>	<u>5.390</u>

b) Variações

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Custo:		
Saldos no início do exercício	7.708	6.911
Adições/(baixas) líquidas	<u>2.160</u>	<u>797</u>
Saldos no final do exercício	<u>9.868</u>	<u>7.708</u>
	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Amortização acumulada:		
Saldos no início do exercício	(2.318)	(1.673)
Adições/(baixas)	911	2.686
Amortização	<u>(1.737)</u>	<u>(3.331)</u>
Saldos no final do exercício	<u>(3.144)</u>	<u>(2.318)</u>

15. Depósitos de instituições financeiras

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Depósitos a prazo	15.082	32.842
Operações compromissadas	68.849	178.003
Negociação e Intermediação de valores	<u>2.483</u>	<u>18.245</u>
	<u>86.414</u>	<u>229.090</u>

A nota 41 – Risco de liquidez - contém detalhes dos períodos de vencimento dos depósitos de instituições financeiras.

16. Depósitos de clientes

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Depósitos à vista	7.008	5.176
Depósitos a prazo	500.271	571.494
	<u>507.279</u>	<u>576.670</u>

A nota 41 – Risco de liquidez - contém detalhes dos períodos de vencimento dos depósitos de clientes.

17. Obrigações por títulos e valores mobiliários

a) Composição

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Letras de Crédito do Agronegócio	4.878	31.841
Letras de Crédito Imobiliário	31.150	35.260
Certificados de Operações Estruturadas	-	247
	<u>36.028</u>	<u>67.348</u>

b) Variações

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Saldos no início dos exercícios	67.348	97.173
Emissão	94.082	230.507
Resgate	(131.606)	(269.944)
Juros	6.204	9.612
Saldos no final dos exercícios	<u>36.028</u>	<u>67.348</u>

A nota 41 – Risco de liquidez - contém detalhes dos períodos de vencimento das obrigações por títulos e valores mobiliários.

18. Outros passivos financeiros

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Negociação e intermediação de valores	21.833	43.371
	<u>21.833</u>	<u>43.371</u>

A nota 41 – Risco de liquidez - contém detalhes dos períodos de vencimento dos outros passivos financeiros.

19. Detalhamento das provisões técnicas de seguros e resseguros

a) Provisões técnicas

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Provisão de prêmios não ganhos	174.794	151.335
Sinistros a liquidar	87.607	145.319
Sinistros ocorridos e não avisados	74.554	43.707
Outras provisões	23.294	10.028
	<u>360.249</u>	<u>350.389</u>

b) Movimentação das provisões técnicas

	<u>Consolidado</u>			
	<u>Provisão de prêmios não ganhos</u>	<u>Provisão de sinistros a liquidar</u>	<u>Sinistros ocorridos e não avisados</u>	<u>Outras provisões</u>
Saldo Inicial em 31/12/2015	151.335	145.319	43.707	10.028
Constituições decorrentes de prêmios	129.663	-	-	-
Diferimentos pelo risco decorrido	(104.164)	-	-	-
Oscilação cambial	(2.040)	-	-	-
Avisos de sinistros	-	44.396	-	252
Cancelamentos de sinistros	-	(38.739)	-	(36)
Ajustes de estimativas de sinistros	-	88.203	-	2.508
Pagamentos de sinistros	-	(149.260)	-	(2.485)
Movimentações decorrentes das operações com DPVAT	-	(2.312)	33.878	267
Reversões/constituições de despesas estimadas relacionadas aos sinistros	-	-	-	12.760
Outras constituições	-	-	80.474	-
Outras reversões	-	-	(83.505)	-
Saldo final em 31/12/2016	<u>174.794</u>	<u>87.607</u>	<u>74.554</u>	<u>23.294</u>

c) Custo de aquisição e prêmio de resseguro diferido

Ramos de atuação	Despesas de comercialização - Seguros		Prêmios de resseguro diferidos	
	2016	2015	2016	2015
Fiança locatícia	140	78	325	155
Garantia de obrigações públicas	148	217	1.325	1.912
Garantia de obrigações privadas	-	40	-	112
Garantia judicial	4	40	20	231
Garantia segurado - setor público	15.487	6.873	47.130	32.885
Garantia segurado - setor privado	1.578	2.861	8.764	14.986
Responsabilidade civil geral	219	231	826	847
Responsabilidade civil de administradores e diretores - D&O	728	618	2.967	3.665
Responsabilidade civil profissional	678	321	1.127	1.689
Riscos de engenharia	2.738	2.987	32.485	33.666
Riscos nomeados e operacionais	2.165	807	11.231	8.237
	<u>23.885</u>	<u>15.073</u>	<u>106.200</u>	<u>98.385</u>

d) Cobertura de provisões técnicas de seguros

Descrição	2016	2015
Provisões técnicas - seguros	360.249	350.389
Exclusões		
Provisões técnicas - resseguros	(134.990)	(179.100)
Custo de aquisição diferidos redutores	(15.333)	(11.255)
Total das exclusões	<u>(150.323)</u>	<u>(190.355)</u>
Provisões técnicas para cobertura	<u>209.926</u>	<u>160.034</u>
Títulos de renda fixa - públicos, vinculados à cobertura das provisões técnicas	140.709	122.119
Quotas de fundos de investimentos, vinculados à cobertura de provisões técnicas - DPVAT	87.514	55.677
Suficiência apurada	<u>18.297</u>	<u>17.762</u>
Ativos Livres	<u>61.316</u>	<u>48.455</u>

20. Créditos tributários e passivos fiscais

a) Imposto de renda e contribuição social

	2016	2015
Resultado antes da tributação	<u>3.101</u>	<u>(73.745)</u>
Adições temporárias	<u>45.688</u>	<u>97.557</u>
Ajuste a mercado de TVM e derivativos	8.713	41.287
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	21.056	39.409
Provisão para contingências	3.423	4.813
Outras adições temporárias	12.496	12.048
Adições permanentes	<u>7.858</u>	<u>22.766</u>
Resultado de equivalência patrimonial	-	53
Outras adições permanentes	7.858	22.713
Exclusões temporárias	<u>(60.657)</u>	<u>(80.025)</u>
Ajuste a mercado de TVM e derivativos	(9.182)	(70.985)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(25.169)	(6.105)
Outras exclusões temporárias	(25.176)	(3.675)
Ajustes de IFRS	(1.130)	740
Exclusões permanentes	<u>(4.705)</u>	<u>(8.536)</u>
Outras exclusões permanentes	(4.705)	(8.536)
Base de cálculo antes da compensação de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	<u>(8.715)</u>	<u>(41.983)</u>
(-) Compensação 30% - prejuízo fiscal e base negativa IRPJ e CSLL	(4.493)	(11.051)
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	<u>(13.208)</u>	<u>(53.034)</u>
Provisão corrente para IRPJ e CSLL	(5.264)	(11.435)
IRPJ e CSLL (a) e (b)	287	42.133
Constituição/reversão de créditos tributários	4.175	3.067
Ajustes de IFRS	(429)	296
Despesa com impostos sobre a renda e contribuição social	<u>(1.231)</u>	<u>34.061</u>

(a) Em 2015, refere-se ao pagamento, no valor de R\$ 15.601, pela adesão ao Artigo 42 da Lei nº 13.043/14, com redação dada pelo Artigo 145 da Lei nº 13.097/15, referente a IRPJ e CSLL sobre suposto ganho não tributado na incorporação de ações da BOVESPA pela Nova Bolsa (BM&FBOVESPA) no ano calendário de 2008, na Corretora.

(b) Referem-se aos processos 16327.903.132/2015-37 e 16327.903.137/2015-60, de 10/09/2015, onde a Seguradora obteve direito de restituição de impostos recolhidos no exercício de 2010, sobre o lucro resultante do processo de venda de ações da BM&FBOVESPA, no valor de R\$ 57.734.

b) Impostos diferidos

	Consolidado			
	Dez/2015	Constituição	Realização/ reversão	Dez/2016
Movimentação de Crédito Tributário				
Prejuízo Fiscal e base negativa	28.317	-	(2.021)	26.296
Provisão para devedores duvidosos	8.648	5.990	-	14.638
Ajuste a mercado de TVM e derivativos	116	-	(24)	92
Provisão de despesas	1.288	210	-	1.498
Provisão para riscos trabalhistas	19	19	-	38
Ajustes de IFRS	(644)	-	(427)	(1.071)
Posição líquida de Crédito Tributário	37.744	6.219	(2.472)	41.491

c) Impostos correntes

	2016	2015
Créditos tributários - Corrente		
IR a compensar	39.417	52.444
CS a compensar	1.152	33.505
Outros impostos a compensar	7.359	1.482
IR s/ repasse de comissões	48	4
Total de Créditos tributários - Corrente	47.976	87.435
Passivos fiscais - Corrente		
Impostos e contribuições s/ serv. terceiros	(590)	(154)
Impostos e contribuições s/ salários	(2.544)	(3.022)
Impostos e contribuições s/ lucros a pagar	(636)	-
PIS/COFINS	(715)	(453)
IOF	(1.582)	(790)
IR e CS desmutualização	-	(13.330)
Outros	(1.782)	(1.869)
Total de Passivos fiscais - Corrente	(7.849)	(19.618)

21. Outras obrigações

	2016	2015
Provisões para salários e encargos	7.071	16.408
Comissões/ corretagens	96	438
Débitos de operações de seguros e resseguros	128.565	100.534
Diversos	3.993	4.253
	139.725	121.633

22. Provisões

a) Composição

	2016	2015
Provisões para riscos contingentes fiscais	231	227
Provisões para riscos contingentes cíveis	1.544	1.308
Provisões para riscos contingentes trabalhistas	7.869	4.793
Provisões para fianças	157	382
	9.801	6.710

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais

As provisões para perdas prováveis são reconhecidas contabilmente e totalizam R\$ 9.801 (R\$ 6.710 em 31/12/2015) e estão representadas por:

Ações Fiscais: O valor da provisão é de R\$ 231 (R\$ 228 em 31/12/2015) e referem-se a questionamentos que envolvem a Seguradora, sobre a incidência de impostos, contribuições e encargos sociais;

Ações Cíveis: O valor da provisão é de R\$ 1.544 (R\$ 1.308 em 31/12/2015) e referem-se a prêmios de seguros no valor de R\$ 313 (R\$ 397 em 31/12/2015) e demandas de caráter indenizatório no valor de R\$ 1.230 (R\$ 911 em 31/12/2015);

Ações Trabalhistas: O valor da provisão é de R\$ 7.869 (R\$ 4.792 em 31/12/2015) e referem-se a processos que envolvem a Corretora e Seguradora, cujos valores são provisionados levando-se em consideração o histórico de perdas.

Composição e movimentação das provisões consolidadas no exercício

	2016				2015	
	Fiscais	Fianças	Cíveis	Trabalhistas	Total	Total
Saldos no início do exercício	227	382	1.308	4.793	6.710	3.548
Constituição	4	259	339	3.857	4.459	5.161
Reversão/Liquidação (a)	-	(484)	(103)	(781)	(1.368)	(1.999)
Saldos no final do exercício	231	157	1.544	7.869	9.801	6.710

(a) Refere-se à reversão de provisão referente a IRPJ e CSLL relativo ao IPO Bovespa e BM&F por adesão ao REFIS conforme Lei nº 13.043/14.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

Os processos judiciais e administrativos que, com base na opinião dos Consultores Jurídicos e da Administração, são classificados como perdas possíveis, não são reconhecidos contabilmente e estão representados abaixo:

	Natureza	2016	2015
Fiscais	Tributos federais (i) e (ii)	56.707	55.595
Cíveis	Órgãos reguladores	6.749	3.435
Trabalhistas	Reclamação ex-funcionários	16.926	19.674
		80.382	78.704

(i) A Corretora discute administrativamente a incidência de: PIS e COFINS, sobre suposto ganho não tributado na alienação do Ativo Permanente, quando da incorporação de ações da BOVESPA pela Nova Bolsa (BM&FBOVESPA) e do processo de IPO da Cetip; PIS e COFINS relativo à dedução das despesas incorridas com seus agentes na intermediação de operações financeiras; ISS sobre corretagens e outras contingências. O valor em risco em 31/12/2016 é de R\$ 42.337 (R\$ 43.283 em 31/12/2015).

(ii) A Seguradora questiona a incidência de IRPJ/CSLL e PIS/COFINS, sobre variações monetárias ativas de depósitos judiciais e de INSS sobre valores pagos através de cartões de incentivo.

23. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 2016 e 2015, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 5.161.402 ações, divididas igualmente entre ações ordinárias e preferenciais nominativas, sem valor nominal.

b) Distribuição de dividendos

O estatuto social estabelece dividendo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício ajustado consoante a legislação em vigor.

Em AGE de 24/02/2016 e AGE de 15/04/2016, foram deliberadas distribuição de dividendos no montante de R\$ 3.000 e R\$ 2.300, respectivamente.

c) Reservas

Reserva legal

De acordo com as normas contábeis brasileiras, 5% do lucro do exercício é destinado à constituição da reserva legal, até que a mesma atinja 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reserva estatutária

Conforme Resolução nº 3.605/08 do Banco Central do Brasil, o lucro apurado, não utilizado na constituição da reserva legal e não distribuído na forma de dividendos ou de juros sobre o capital próprio, foi destinado à conta de reserva estatutária.

24. Receitas com juros e similares

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Títulos e valores mobiliários	101.342	128.496
Títulos emprestados e operações compromissadas	11.978	5.053
Empréstimos e adiantamentos a clientes	9.114	21.232
	<u>122.434</u>	<u>154.781</u>

25. Despesas com juros e similares

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Depósitos de instituições financeiras	(122)	(2.948)
Depósitos de clientes	(78.872)	(72.457)
Títulos tomados em empréstimo e operações compromissadas	(6.225)	(48.515)
Dívida emitida e outros fundos tomados em empréstimo	(6.209)	(9.610)
Outras	(2.700)	(3.048)
	<u>(94.128)</u>	<u>(136.578)</u>

26. Receitas e despesas de tarifas e comissões

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita com tarifas e comissões		
Taxa de administração de carteiras	14.158	16.856
Taxas de corretagem	7.595	15.545
Rendas de assessoria técnica	9.720	7.802
Rendas de outros serviços	4.112	5.996
Outras taxas recebidas	1.884	1.866
	<u>37.469</u>	<u>48.065</u>
Despesa com tarifas e comissões		
Taxas de corretagem	(1.615)	(3.255)
Taxa de administração de carteiras	(1.888)	(1.599)
Taxa de custódia	(1.422)	(1.160)
Comissões	(196)	(633)
Outras taxa recebidas	(365)	(592)
	<u>(5.486)</u>	<u>(7.239)</u>

27. Ganhos com ativos e passivos financeiros (líquidos)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Rendas de ativos e passivos financeiros	51.965	(8.307)
Resultado na alienação de ativos e passivos financeiros	4.112	2.480
Resultado de ajuste a valor de mercado	1.582	17.420
	<u>57.659</u>	<u>11.593</u>

28. Prêmios de seguros

<u>Ramos de atuação</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
DPVAT	47.008	44.186
Garantia segurado - setor público	15.045	30.624
Garantia segurado - setor privado	33.542	11.718
Riscos de engenharia	22.426	9.429
Riscos nomeados e operacionais	15.994	17.000
Garantia judicial	116	1.756
Responsabilidade civil de administradores e diretores (D&O)	9.168	6.693
Garantia obrigações - privadas	230	119
Responsabilidade civil profissional (E&O)	2.380	2.330
Garantia obrigações - públicas	1.122	3.557
Outros ramos	6.938	6.212
Total	<u>153.969</u>	<u>133.624</u>

29. Sinistros ocorridos

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Sinistros	(134.134)	(129.656)
Despesas com sinistros	(2.438)	(8.897)
Varição da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(11.115)	(6.376)
Total	<u>(147.687)</u>	<u>(144.929)</u>

30. Resultado com operações de resseguro

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Indenizações de sinistros	106.589	87.172
Despesas com sinistros	1.057	7.361
Receitas de participações em lucros de contratos de resseguros	3.035	1.905
Varição da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBI	(4.599)	5.748
Prêmios de resseguros cedidos	(110.366)	(81.716)
Comissões de resseguros cedidos	36.129	27.473
Varição da despesa de resseguro	9.079	675
Total	<u>40.924</u>	<u>48.618</u>

31. Outras receitas (despesas) operacionais

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Multas	(163)	(172)
Custos de aquisição de seguros	(16.165)	(14.206)
Variações Monetárias (i)	(8.242)	22.979
Outros	(148)	(9.491)
	<u>(24.718)</u>	<u>(890)</u>

(i) Em 2015, refere-se basicamente à atualização de restituição IRPJ e CSLL homologados pela SRF, na Seguradora.

32. Despesas com pessoal

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Salários	(49.176)	(78.494)
Custos previdenciários	(16.574)	(19.992)
Benefícios	(8.067)	(8.167)
Outras despesas de pessoal	(3.958)	(1.917)
	<u>(77.775)</u>	<u>(108.570)</u>

33. Outras despesas administrativas

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Imóveis, instalações e materiais	(5.857)	(6.262)
Tecnologia e sistemas	(12.096)	(13.884)
Publicidade	(1.150)	(1.543)
Comunicações	(2.704)	(3.803)
Outras despesas administrativas	(11.415)	(15.036)
	<u>(33.222)</u>	<u>(40.528)</u>

34. Despesas tributárias

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
PIS / COFINS	(7.616)	(5.178)
Outros tributos	(3.855)	(3.423)
	<u>(11.471)</u>	<u>(8.601)</u>

35. Resultado na alienação de ativos não circulantes destinados à venda

Nos exercícios findos em 2016 e 2015, não houve resultado na alienação de ativos não circulantes destinados à venda.

36. Partes relacionadas

As partes relacionadas do Banco devem incluir, partes com controle conjunto sobre a entidade, empreendimentos em conjunto em que a entidade é um investidor e planos de benefícios pós-emprego para o benefício dos empregados de uma entidade ou de qualquer entidade que seja uma parte relacionada dessa entidade.

a) Transações ordinárias realizadas pelo Banco com suas partes relacionadas

Operações / Partes Relacionadas	Grau de relação	2016	2016	2015	2015
		Ativo (Passivo)	Receitas (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesa)
Depósito à vista		(131)	-	(24)	-
- Fator Holding Financeira S.A.	Controlador	(3)	-	(1)	-
- Fator Empreendimentos e Participações Ltda.	Ligada	(124)	-	(22)	-
- Fator Capital S.A.	Ligada	(1)	-	(1)	-
- UBR Sociedade Administradora de Cartões S.A.		(3)	-	-	-
Depósito à prazo		(490)	(226)	(1.516)	(344)
- Fator Holding Financeira S.A.	Controlador	(308)	(97)	(930)	(130)
- Fator Capital S.A.	Ligada	-	(1)	(59)	(9)
- Fator Empreendimentos e Participações Ltda.	Ligada	(182)	(128)	(527)	(205)
Valores a Receber (Pagar) de Sociedades Ligadas		271	1.585	787	3.123
- Fator Empreendimentos e Participações Ltda.	Ligada	271	1.585	787	3.123

b) Remuneração da Administração

Os administradores do Banco são remunerados através de Pró-Labore ou salários quando registrados sob regime CLT, que estão apresentados na rubrica despesas de pessoal.

Os honorários atribuídos, no período, ao pessoal chave da administração, são compostos conforme descrito abaixo:

	2016	2015
Honorários atribuídos ao exercício	14.779	15.726
	<u>14.779</u>	<u>15.726</u>

O Banco não possui planos de benefício pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato, outros benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações.

37. Ativos oferecidos em garantia e garantias recebidas

Ativos financeiros oferecidos em garantia:	2016	2015
Instrumentos de dívida	330.383	383.605
Depósitos de instituições financeiras	35.249	178.003
	<u>365.632</u>	<u>561.608</u>

Os ativos oferecidos em garantia referem-se aos títulos públicos em garantia de operações em bolsa de mercadorias e futuros. Os depósitos de instituições financeiras referem-se as obrigações por recompras em operações compromissadas com instrumentos financeiros de carteira própria e de terceiros.

Ativos financeiros recebidos em garantia:	2016	2015
Aval	268.690	330.357
Imóvel	124.259	50.000
Penhor	106.799	69.562
Fiança	15.000	10.000
Outros	12.255	6.524
	<u>527.003</u>	<u>466.443</u>

O quadro a seguir apresenta os avais e fianças prestados a terceiros:

Máximo valor potencial de pagamentos futuros	2016	2015
Garantias e outras fianças		
Garantias financeiras	6.500	60.528
Valor total	<u>6.500</u>	<u>60.528</u>

São fornecidas aos clientes do Banco garantias financeiras em compromissos com terceiros. Há o direito de cobrar, dos clientes, o reembolso de qualquer valor que o Banco tenha de pagar devido a essas garantias.

Além disso, pode ser mantido dinheiro em caixa ou outra garantia de alta liquidez para esses compromissos. Esses contratos estão sujeitos à mesma avaliação de crédito realizada para os empréstimos.

A expectativa do Banco é de que essas garantias expirem sem a necessidade de adiantamento de dinheiro. Portanto, no curso normal dos negócios, o Banco espera que essas transações não tenham virtualmente nenhum impacto em sua liquidez.

Os critérios de risco para emissão de todos os tipos de garantias são, em geral, os mesmos que os usados para outros produtos de risco de crédito e, portanto, sujeitos aos mesmos padrões de admissão e rastreamento. As garantias fornecidas em nome dos clientes estão sujeitas ao mesmo processo de revisão de qualidade de crédito que qualquer outro produto de risco. Regularmente, pelo menos uma vez por ano, a solvência dos clientes é verificada, assim como a probabilidade de que essas garantias sejam executadas. Caso ocorra alguma dúvida sobre a solvência do cliente, provisões são debitadas no lucro líquido, no valor das perdas inerentes, mesmo que não haja nenhuma ação movida contra o Banco.

39. Limites operacionais

As instituições financeiras são obrigadas a manter capital regulador consistente com suas atividades, no mínimo 9,875% (11% em 2015) maior do que o capital exigido.

	2016	2015
Risco de Crédito (RWAcpad)	58.367	100.536
Risco de Moedas (RWAcam)	1.261	166
Risco de Taxa de Juros (RWApjur)	8.156	11.358
Risco Operacional (RWAopad)	6.470	9.614
Risco de Ações (RWAacs)	223	547
Risco de Mercadorias (RWAcom)	84	-
Patrimônio de Referência Exigido - PRE	74.561	122.221
Patrimônio Líquido	339.457	343.022
Ajustes Prudenciais	(125.400)	(83.987)
Patrimônio de Referência - PR	214.057	259.035
Índice de Basileia	28,35%	23,31%
Rban	30.079	25.222

A Seguradora apresenta plena suficiência em relação ao patrimônio líquido ajustado, ao utilizar os critérios definidos pela Resolução nº 321/15 do CNSP e alterações posteriores.

	2016	2015
Patrimônio líquido	203.028	201.340
Participações diretas e indiretas em Soc. Seguradora	(272)	(231)
Credito tributário de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	(4.140)	(6.161)
Despesas antecipadas	(5)	(12)
Ativo Intangível	(186)	(101)
Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPN	(479)	-
Patrimônio líquido ajustado – PLA – sub total	197.946	194.835
Ajuste ref. superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios registrados	475	-
Patrimônio líquido ajustado – PLA – total	198.421	194.835
(*) Capital base – CB	15.000	15.000
(*) Capital baseado no risco de subscrição	7.029	5.005
(*) Capital baseado no risco de crédito	26.060	6.382
(*) Capital baseado no risco operacional	1.477	1.437
Capital baseado no risco de mercado	1.592	-
Benefício da diversificação	(4.012)	(1.502)
Capital de Risco	32.146	11.322
(**) Capital mínimo requerido – CMR	32.146	15.000
Patrimônio líquido ajustado	198.421	194.835
(-) Exigência de capital - EC	32.146	15.000
Suficiência de capital - R\$	166.275	179.835
Suficiência de capital (% da EC)	517,25%	1.198,90%

(*) A Seguradora utilizou os critérios estabelecidos pela Resolução CNSP nº 321 de 15 de julho de 2015, alterada pela Resolução CNSP nº 343 de 26 de dezembro de 2016, para apuração do capital base e capital de risco.

(**) A Seguradora apurou o Capital Mínimo Requerido - CMR, utilizando o art. 65, inciso III, da resolução CNSP nº 321, alterada pela Resolução CNSP nº 343 de 26 de dezembro de 2016, sendo o Capital Mínimo Requerido- CMR, equivalente ao maior valor entre capital Base e Capital de Risco.

40. Outras divulgações

a) Valores de referência (notional) e valores justos de derivativos para negociação

A composição dos valores de referência (notional) e/ou contratuais e dos valores justos dos derivativos para negociação mantidos pelo Banco é a seguinte:

	2016		2015	
	Valor de referência (notional)	Valor justo	Valor de referência (notional)	Valor justo
Derivativos de negociação				
Risco de taxa de juros e preços:				
Compra e venda de opções	59.500	-	86.036	275
Contratos a termo e de futuros	292.516	-	891.268	-

A composição dos valores de referência (notional) e/ou contratuais dos derivativos para negociação, por vencimento, é:

	2016			2015	
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Opções	59.500	-	-	59.500	86.036
Futuros	16.759	94.000	181.757	292.516	891.268

Os valores de referência e/ou contratuais dos contratos celebrados não refletem o risco real assumido pelo Banco, uma vez que a posição líquida desses instrumentos financeiros decorre da sua compensação e/ou combinação. Essa posição líquida é utilizada pelo Banco principalmente para proteger a taxa de juros, o preço dos ativos subjacentes ou o risco cambial; os resultados desses instrumentos financeiros são reconhecidos em “Resultados de ativos e passivos financeiros (líquidos)” na demonstração consolidada do resultado abrangente e aumentam ou compensam, conforme o caso, o resultado do investimento protegido.

O Banco gerencia a exposição ao risco de crédito desses contratos através de acordos de compensação com as suas principais contrapartes e do recebimento de ativos em garantia das suas posições de risco.

b) Recursos administrados não registrados no balanço

Os recursos de terceiros administrados pelo Conglomerado Fator não registrados no balanço são os seguintes:

	2016	2015
Recursos de terceiros	4.751.393	4.167.609
Total	4.751.393	4.167.609

c) Títulos e valores mobiliários de terceiros sob custódia

Em 31 de dezembro de 2016, o Conglomerado Fator detinha sob custódia títulos de dívida e valores mobiliários de terceiros no valor total de R\$ 2.745.955 (R\$ 5.094.983 em 2015).

d) Operações relevantes de clientes

Nenhuma receita de transações com um único cliente externo ou contraparte atingiu 10% ou mais da receita total do Banco Fator em 2016 e em 2015.

41. Gestão de riscos

A Estrutura de Gestão de Riscos do Banco Fator possui políticas aderentes às melhores práticas de mercado, e está em linha com as diretrizes definidas pelo BACEN.

Foram estabelecidas políticas e procedimentos e implantados modelos e sistemas de gestão de riscos capazes de gerir, avaliar e mitigar os riscos inerentes aos seus negócios, proporcionando à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração uma visão dos riscos incorridos.

As políticas de gestão de riscos do Banco Fator são destinadas a suportar o apetite ao risco, guiar os colaboradores e constituir procedimentos para monitorar, controlar, dimensionar e reportar os riscos à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração. O Banco Fator revisa e atualiza regularmente suas políticas e sistemas de gestão de riscos de forma a refletir mudanças nos mercados e produtos e a adequação de melhores práticas.

i. Governança e responsabilidade sobre riscos

A gestão de riscos do Banco Fator é de responsabilidade da Diretoria de Riscos e Compliance, que responde diretamente à Presidência do Banco Fator. A Área de Risco de Mercado & Liquidez e a Área de Controles Internos & Risco Operacional são subordinadas diretamente a esta diretoria, respondendo pelos riscos de mercado, liquidez e operacional, respectivamente. A Superintendência de Crédito atua como staff da Diretoria de Riscos & Compliance no que tange ao risco de crédito. O Conselho de Administração, a Presidência e a Diretoria Executiva estão cientes de suas responsabilidades sobre as informações aqui divulgadas e com relação à estrutura de gerenciamento de riscos.

ii. O apetite ao risco

A estrutura de apetite ao risco se refere a quanto e quais os tipos de riscos que o Banco Fator está preparado para assumir na execução da sua estratégia. Ela é fundamental para a abordagem integrada de risco, capital e gestão dos negócios e ainda suporta o Banco Fator na realização dos seus objetivos de rentabilidade sobre o capital. Além disso, é um elemento-chave no cumprimento das obrigações de requerimentos de capital vigentes.

A Diretoria Executiva do Banco Fator atribui métricas quantitativas para cada tipo de risco, sujeitas a limites operacionais alinhados com o tamanho do apetite ao risco e objetivos de rentabilidade sobre o capital, de forma a assegurar que:

- As atividades básicas das áreas de negócio possam ser guiadas e controladas, de modo que continuem alinhadas com a estrutura de apetite ao risco;
- As premissas fundamentais que sustentam o apetite ao risco possam ser monitoradas e, se necessário, ajustadas através dos ciclos de planejamento de negócios; e
- As decisões de negócios para mitigação dos riscos sejam colocadas em prática tão logo as evidências de risco sejam sinalizadas.

A estrutura de apetite ao risco é monitorada em bases contínuas pela Diretoria Executiva do Banco Fator.

iii. Cenários dos testes de estresse

Análises de cenários para testes de estresse são mecanismos importantes para entender a sensibilidade do capital e dos planos de negócio do Banco Fator em situações de eventos extremos, mas plausíveis. Além de considerar o efeito financeiro potencial sobre os planos de negócio, essa ferramenta fornece à Diretoria Executiva a possibilidade de estabelecer planos de ação para mitigar tais eventos, caso aconteçam.

Estes instrumentos auxiliam na mitigação dos riscos apresentados por crises financeiras. Enquanto a predição de eventos futuros pode não cobrir todas as eventualidades, nem identificar precisamente os eventos futuros, cenários analisados no passado podem representar informações vitais na identificação de ações necessárias para a mitigação de riscos quando eventos similares acontecerem.

iv. Risco de Mercado

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelo Banco Fator.

A gestão do risco de mercado é feita de forma centralizada pela Diretoria de Riscos & Compliance, estrutura que mantém independência em relação à mesa de operações e demais áreas de negócios. Os procedimentos básicos adotados para o gerenciamento desse risco são: (a) integridade na precificação de ativos e derivativos; (b) avaliação do risco de mercado pela metodologia Value at Risk e pela simulação de cenários; (c) acompanhamento de stop loss.

O Banco Fator realiza operações que envolvem instrumentos financeiros derivativos, atuando em mercados organizados e de balcão, com objetivo de possibilitar a gestão de risco de mercado adequada à sua política. Esses instrumentos são utilizados não só para posicionamento, mas também para hedge de posições, para atender à demanda de contrapartes e como meio de reversão de posições em momentos de grandes oscilações.

Para monitoramento do risco de mercado, o Banco Fator utiliza o Valor a Risco (VaR), o qual é calculado diariamente utilizando-se de técnicas estatísticas de forma a estimar a perda financeira possível para um dia levando-se em conta a normalização dos eventos passados no mercado. O modelo de VaR empregado se baseia na técnica de aferição paramétrica, com horizonte de tempo de um dia e intervalo de confiança de 99% monocaudal.

Para o cálculo e monitoramento destas estatísticas, o Banco Fator utiliza sistema adquirido junto a fornecedor externo em conjunto com sistemas desenvolvidos internamente.

Outra abordagem utilizada na aferição do risco de mercado é o Stress Test, uma técnica que visa analisar o impacto de variações extremas nos preços dos ativos e derivativos. Esta abordagem de análise tem por objetivo preservar o patrimônio do Banco em situações de mercado consideradas atípicas e, que embora difiram do padrão estatístico histórico, podem estar dentro das possibilidades consideradas pontuais pela Área de Risco de Mercado & Liquidez.

Os limites de risco de mercado são definidos utilizando os conceitos de: orçamento de risco, onde a rentabilidade em reais de determinado prazo (janela móvel ou calendário) somada ao VaR calculado em reais é comparada ao valor (percentual do PL) de orçamento de risco (stop loss), e orçamento absoluto, onde o resultado auferido em determinado prazo (janela móvel ou calendário) é comparado a um valor de orçamento (stop loss absoluto).

O valor do VaR apurado pela área de risco na data base do balanço foi de R\$ 483 (R\$ 818 em 2015), sendo que a média ao longo do ano de 2016 ficou em R\$ 1.016 (R\$ 825 em 2015).

Com relação à distribuição do VaR entre os diferentes fatores de risco, segue abaixo tabela de VaR marginal na data base do balanço em milhares de reais e o percentual em relação ao VaR total.

	<u>\$ Marginal</u>	<u>Participação%</u>
Renda Variável	(1)	-
Câmbio	197	41
Juros	287	59

v. *Risco Operacional*

Risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui também o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Banco Fator.

O processo de Gestão de Risco Operacional tem início com o reporte do evento por parte do agente de risco operacional de cada área. Quando necessário, são elaborados planos de ação para mitigação das principais ameaças identificadas nos processos. As etapas do gerenciamento de risco operacional são: identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos, comunicação e plano de ação.

O registro dos eventos na base de dados de perdas operacionais e de gestão de risco operacional dos eventos ocorridos nas instituições tem como finalidade primária a formação de uma base de dados para proporcionar informações suficientes para a identificação das causas e mitigação dos riscos.

O monitoramento dos riscos com as informações obtidas pelos registros das perdas incorridas permite uma melhoria contínua nas políticas e nos procedimentos adotados, bem como a redução dos riscos existentes.

A estrutura de gerenciamento de risco operacional do Banco Fator identifica as linhas de reporte, assegura a comunicação e oferece ferramentas que permitem o adequado gerenciamento de risco operacional.

a) **A estrutura de gerenciamento de risco operacional**

Conselho de Administração e Presidência

- Administrar as atividades das Empresas do Banco Fator, orientando-as para a consecução dos objetivos e metas estabelecidas.
- Delegar autoridade aos níveis envolvidos em atividades de riscos para gerenciamento e solução de problemas.
- Aprovar Políticas e Manuais de Gerenciamento de Riscos, a estrutura e o modelo de gestão definidos para o monitoramento dos riscos.
- Deliberar sobre questões que envolvam o controle e gerenciamento de riscos que possam afetar o desempenho do sistema ou das empresas do Banco Fator.

Gestor de Risco Operacional

- A Área de Controles Internos & Risco Operacional, área corporativa do Conglomerado Fator, também exerce a função específica de gerenciamento de risco operacional e atua de forma independente das áreas de negócios de todas as empresas pertencentes ao conglomerado. Esta área está diretamente subordinada à Diretoria de Riscos & Compliance.
- Responsável por gerenciar e acompanhar o desempenho do sistema, avaliando e promovendo ações para corrigir eventuais desvios, de forma a manter a aderência do sistema de riscos em relação aos objetivos e metas das Empresas do Conglomerado Fator, ou a legislação pertinente.
- Prover adequado entendimento e visualização dos riscos associados ao negócio.
- Recepcionar, analisar e controlar as ocorrências registradas, buscando a solução, controle ou mitigação do risco operacional identificado nas respectivas áreas.
- Elaboração periódica do relatório do Sistema de Gerenciamento do Risco Operacional, em atendimento à Res. CMN nº 3.380.

Identificação de Riscos – Agentes de Risco Operacional

Os colaboradores lotados nas áreas responsáveis pelo desenvolvimento dos processos devem:

- Observar as políticas e procedimentos aprovados pelas respectivas Diretorias;
- Executar as atividades de modo a minimizar a probabilidade de ocorrência dos riscos envolvidos;
- Identificar os riscos existentes nos processos que possam representar riscos na operacionalização de cada produto (**Self assessment e Key Risk Indicator- kri**);
- Reportar à Área de Controles Internos & Risco Operacional as ocorrências que envolvam deficiências ou não conformidades que possam representar riscos na operacionalização de cada produto.
- Manter o acompanhamento e controle sobre os planos de ação de sua(s) respectiva(s) área(s).

vi. *Risco de Crédito*

a) **Introdução ao tratamento do risco de crédito**

Risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, a vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O processo de tomada de decisões para concessão de crédito busca obter segurança, qualidade e liquidez na aplicação dos ativos, agilidade e rentabilidade nos negócios, minimizando os riscos inerentes às operações. Para isso, o Banco Fator possui uma área independente para o gerenciamento de risco de crédito, seguindo as melhores práticas de governança. Em consonância com as práticas de referência do mercado, o Banco Fator continua aperfeiçoando seus controles e modelos de análise. Em atendimento à Resolução CMN nº 3.721 e ao novo acordo da Basileia, existem estruturas de comitês e comissões específicas para melhor gestão, controle e acompanhamento desse risco.

São realizados controles e acompanhamentos das políticas e normas de crédito, bem como de respectivos processos, restrições e limites estabelecidos, além da análise dos riscos e submissão às alçadas e aos comitês aprovadores. A política de crédito é formulada com base nas melhores práticas de mercado e é responsável por garantir que haja adequada validação dos sistemas e procedimentos internos utilizados para a gestão do risco de crédito. Estes sistemas e procedimentos são aplicados na identificação, mensuração, controle e diminuição da exposição ao risco de crédito. Há ainda monitoramento constante das exposições e contrapartes e elaboração de relatórios periódicos dos riscos da carteira de crédito para análise e tomada de decisão.

Exposição máxima ao risco de crédito

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Instrumentos de dívida	568.970	944.411
Instrumentos de patrimônio	148.856	64.506
Empréstimos e recebíveis	152.157	234.042
Valores a receber	10.340	3.488
Devedores diversos no país	46.281	40.324
Outros créditos	1.449	1.142
Garantias prestadas	6.500	60.528
	<u>934.553</u>	<u>1.348.441</u>

b) Ciclo de risco de crédito

As contrapartes de operações que geram exposição ao risco de crédito são monitoradas constantemente e os seus ratings são revisados periodicamente pela Área de Crédito. Desta forma, e também em função da quantidade reduzida de contrapartes, alterações no cenário macro e/ou microeconômico, que prejudiquem a capacidade de repagamento da contraparte e, aumente o risco de perda na operação, assim que detectada, terão ações na busca da recuperação, com possíveis reflexos no provisionamento e demais ações prudenciais.

c) Medidas e ferramentas de mensuração

c.1) Classificações de qualidade de crédito (ferramentas de rating)

As operações são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a situação econômico-financeira da contraparte, a estrutura e demais riscos e condições gerais da operação proposta (como qualidade, liquidez e nível de cobertura das garantias), a conjuntura econômica, setor de atuação, a experiência da empresa neste setor, perspectivas econômicas e financeiras da empresa e da economia, qualidade da administração e demais aspectos inerentes a análise.

O rating interno é atribuído a todas as empresas com as quais o Banco Fator possui limite ou risco de crédito, como forma de atribuir o risco que a empresa apresenta com relação ao repagamento da operação.

A classificação de rating de um mesmo cliente ou grupo econômico deve ser definida através dos ratings AA a H, sendo AA o melhor rating e H o pior, conforme determinação do BACEN, considerando aquela que apresentar maior risco, admitindo-se excepcionalmente classificação diversa para determinada operação, considerando:

- Natureza e finalidade da transação;
- Característica das garantias, particularmente quanto a suficiência e liquidez; e,
- Valor.

O processo de atribuição de rating, nos casos em que as contrapartes são pessoas jurídicas, não se limita a análise dos indicadores financeiros, sendo mais amplo, analisando todos os aspectos da empresa, desde sua constituição, controle acionário e administração, passando pela análise financeira, até a análise de seu produto e mercado de atuação. A análise deve procurar o enquadramento da empresa em cada uma das variáveis componentes da matriz de análise que considera os itens descritos abaixo:

1. Análise de Cadastro: Nesse primeiro item de análise o enfoque para atribuição das notas deverá ser nos dados de cadastro da empresa, que incluem: o tempo de constituição; patrimônio do acionista; relacionamento com o Banco Fator; restritivos nos órgãos de informação e no mercado; comportamento das garantias; histórico de concordata e renegociação de dívidas; e confiabilidade das informações financeiras.

2. Análise da Administração: A análise da Administração da empresa deve ser focada em todos os aspectos relacionados aos acionistas e o relacionamento dos mesmos com as atividades da empresa / grupo econômico - processo de sucessão; composição da administração (conselho e diretoria) e forma de tomada de decisões. Os subitens que compõem esse item são: empresas ligadas / diversificação das atividades; controle acionário; administração; processo sucessório / relacionamento dos acionistas; e tomada de

3. Análise Financeira: Os aspectos a serem analisados na situação financeira deverão abranger os principais aspectos de balanço (índices e informações financeiras), além disso deverão ser observados os aspectos financeiros que não estão no balanço, como acesso ao crédito junto a outras instituições financeiras, suporte do acionista ou matriz, passivos contingentes e operações de hedge.

Os subitens a serem analisados são: acesso ao crédito, suporte financeiro da matriz / acionistas, consistência das informações financeiras, defasagem das informações contábeis / gerenciais, passivos contingentes e casamento de prazo e moedas além de outros indicadores econômicos e financeiros.

4. Análise do Mercado / Produto e Perspectiva: Nesse item o foco da análise deve ser o tipo de produto que a empresa possui e o mercado de atuação da empresa, englobando os aspectos atuais dos produtos e do mercado e as perspectivas futuras. Os subitens a serem analisados são: mercado predominante; concentração de clientes; concentração de fornecedores; linhas de produtos; tecnologia / processos; riscos operacionais; setor com risco regulatório / ambiental / sanitário; perspectiva macroeconômica no curto, médio e longo prazo para o setor.

c.2) Garantias recebidas (mitigadoras da exposição máxima ao risco de crédito)

Conforme a política de crédito vigente, as definições que regem as garantias aceitas pelo Banco Fator são as seguintes:

a) Garantia

É um dos fatores mais importantes para prevenir imprevistos como i) Fortes alterações no ambiente econômico; ii) Rápida degradação da situação financeira da empresa, consequentemente da qualidade do crédito; intempéries (enchentes, etc.); e iii) Falecimento do dono ou do sócio principal da empresa.

As garantias como fatores mitigantes do risco, devem ser analisadas sob dois aspectos principais:

• *Liquidez*

Ou seja, a capacidade de conversão da garantia em moeda. Nesse sentido, as garantias podem ser mais ou menos líquidas impactando no preço de conversão em moeda.

• *Margem de Cobertura*

É a relação percentual, estabelecida pelo Comitê de Crédito, entre o valor da garantia e o valor da dívida.

Deve levar em conta, além do custo do dinheiro, a liquidez da garantia, ou seja, a sua maior ou menor conversibilidade.

As garantias bancárias utilizadas para as operações financeiras no Banco Fator são, normalmente, as garantias reais e as garantias pessoais. As garantias reais são aquelas que incidem sobre um bem ou coisa específica, e as mais usadas, são a hipoteca, o penhor (ou caução) e a alienação fiduciária. As garantias pessoais incidem sobre todo o patrimônio dos coobrigados, sem determinação expressa sobre um bem específico. Essas garantias só incidem sobre o patrimônio, o que torna um devedor insolvente, sem patrimônio, fora do alcance de qualquer medida de execução de contrato.

As garantias pessoais podem ser concedidas por pessoas físicas ou jurídicas, onde as mesmas assumem, a obrigação de honrar os compromissos assumidos na operação de crédito mantida com o cliente. As garantias pessoais utilizadas são a fiança e o aval. A fiança é um contrato autônomo e acessório de garantia, através do qual o fiador compromete-se a cumprir com as obrigações do afiançado perante o Banco Fator, e exige a qualificação das partes, só podendo ser formalizada, expressamente, por instrumento escrito – público ou particular. A fiança é um contrato que garante contratos (mútuo, abertura de crédito, etc.). O fiador responde com todo o seu patrimônio e tem o direito, se dele não abrir mão, ao benefício de ordem, ou seja, só poderá ter seus bens executados depois de executados os bens do afiançado. O aval é uma característica de um título de crédito, que permite a um terceiro, pela mera aposição de sua assinatura, aceitar ser coobrigado em relação às obrigações do avalizado. Se o aval não identificar o avalizado, o avalista estará garantindo o último devedor do título. O aval não exige a outorga do cônjuge ou a qualificação do avalista e não tem benefício de ordem, ficando o avalista coobrigado pelo pagamento total do título.

As garantias reais utilizadas nas operações são bens ou direitos de recebimentos dados em garantia de obrigações relativas às operações de crédito. As operações com recebíveis são representadas por contratos que os tomadores possuem com terceiros, duplicatas e direitos creditórios de modo geral.

A política de crédito do Banco Fator requer que as garantias sejam sempre solicitadas, quando da aprovação do crédito, e que a constituição seja efetivada antes do desembolso, principalmente em função do caráter estruturado de nossas operações. Flexibilizações são aceitas, em função da avaliação de risco de cada operação. As garantias devem ser analisadas quanto a sua liquidez, e quanto ao nível de cobertura em relação ao valor do empréstimo ou financiamento.

c.3) Distribuição do risco de crédito

O perfil dos clientes do Banco Fator é composto predominantemente por empresas do segmento *Middle e Corporate*. O fluxo de amortização da carteira de crédito (conceito amplo, que inclui também as operações de mercado de capitais realizadas por clientes e intermediadas pelo Banco Fator) é predominantemente de médio prazo, com 70% da carteira vencendo em até 2 anos e 99% em até 4 anos.

Em relação ao segmento de atuação das contrapartes das operações de crédito, a carteira está assim segmentada: indústria (32%), comércio (9%), serviços (56%) e pessoas físicas (3%).

d) Provisão para redução ao valor recuperável (*impairment*)

d.1) Introdução ao cálculo da provisão para redução ao valor recuperável

Em conformidade com as Normas Contábeis Internacionais, o Banco Fator avalia, a cada fechamento de balanço, a existência de qualquer evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresente problemas de recuperação, o que, caso ocorra, poderá levar a instituição a reconhecer uma redução do valor recuperável destes ativos.

Os procedimentos aplicáveis para mensuração do *impairment*, de acordo com o IAS 39, consideram as fases do ciclo de vida do instrumento financeiro, sendo estas: origem / aquisição de ativos financeiros, surgimento de evidências objetivas de *impairment* renegociação de ativo financeiro e baixa para prejuízo.

Na origem / aquisição de ativos financeiros, o Banco Fator não reconhece qualquer redução do valor recuperável do ativo (provisão), da mesma forma que não considera, para fins contábeis, perdas esperadas estimadas como resultado de eventos futuros e incertos, independentemente de sua probabilidade.

O surgimento de evidências objetivas de *impairment* indica possíveis problemas de recuperação em um ativo financeiro, ou um grupo de ativos financeiros. De acordo com as políticas internas do Banco Fator, os seguintes fatos são considerados pela instituição como “evidência objetiva de *impairment*”:

- Dívida com o Banco Fator vencida e não paga acima de 90 dias (qualquer valor);
- Classificação do cliente com rating BACEN igual a E, F, G e H;
- Falência decretada, autofalência ou recuperação judicial requerida;
- Ocorrência de renegociação com qualquer perda econômica.

- Red flags conforme Política de Crédito vigente: fatores administrativos como alterações de controle acionário, indisponibilidade de informações atualizadas, contabilidade incorreta, excentricidade no estilo de vida dos principais executivos, e alterações na estrutura patrimonial e financeira da Companhia, como crescimento do endividamento bancário, venda de ativos, violação de covenants, etc.

O desaparecimento de mercado ativo ou a redução significativa na liquidez de um instrumento de patrimônio ou instrumento de dívida de propriedade do Banco Fator pode vir a ser considerado como “evidência objetiva de *impairment*”. Para este fim, a área de risco de crédito avalia este acontecimento juntamente com outras potenciais evidências a fim de constatar se estes ativos necessitam ter seu valor recuperável reduzido (reconhecimento de *impairment*).

As garantias prestadas também estão sujeitas a perdas. No reconhecimento inicial, o Banco Fator reconhece a garantia como um passivo financeiro ao valor justo. Neste caso, sendo uma operação pactuada conforme os parâmetros de mercado, o valor justo é igual ao prêmio pago pela contraparte. Ao final de cada período de reporte, estas garantias financeiras são avaliadas quanto à probabilidade de que estas venham a ser honradas pelo Banco Fator.

No caso de garantias financeiras classificadas como “prováveis”, o valor presente do gasto exigido para liquidar a obrigação presente da instituição é reconhecido como um passivo.

Com relação ao risco de crédito de derivativos de balcão, há um controle por contraparte através do cálculo do risco potencial de cada operação (swaps, opções, etc.) levando-se em conta o valor apropriado até a data, mais o stress de mercado calculado menos as garantias depositadas devido à chamada de margem pelo Banco Fator.

d.2) Provisão para redução ao valor recuperável – Avaliação individualmente significativa

Caso um “ativo individualmente significativo” apresente uma ou mais “evidências objetivas de *impairment*”, uma provisão é constituída pela diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa estimados.

Nos casos de empréstimos ou recebíveis que forem renegociados ou, mesmo, modificados devido a deterioração da capacidade de pagamento do tomador ou emitente, a mensuração no valor recuperável fará uso da taxa de juros efetiva original antes da modificação dos termos.

Uma vez evidenciado o *impairment* para uma operação, configura-se o arrasto, ou seja, todas as demais operações do mesmo cliente, bem como as relacionadas ao grupo econômico do qual faz parte, são submetidas a comitê para a análise. A decisão de reconhecimento contábil do *impairment* é embasada no fluxo de caixa previsto para estas operações.

Para determinar o nível de provisão, os seguintes fatores são geralmente considerados:

- A exposição agregada do Banco ao cliente;
- A viabilidade do modelo de negócio do cliente e a sua capacidade de comercialização com êxito sem dificuldades financeiras, gerando fluxo de caixa suficiente para cobrir suas obrigações;
- A capacidade do cliente em obter, e fazer pagamentos na moeda do empréstimo, se não denominados em moeda local;
- O montante e a data esperada dos recebimentos e cobrança;
- À medida que os compromissos com outros credores têm prioridade na liquidação, e a possibilidade de outros credores continuarem a apoiar a empresa;
- A complexidade em determinar o montante agregado por credor e a classificação de todos os direitos de credores, na medida em que incertezas legais e de seguros são evidentes;
- O valor da garantia e a possibilidade de realizá-la com sucesso;
- A existência de outros créditos mitigadores e a capacidade do cliente em entregar os mitigadores contratualmente acordados; e
- Quando disponível, o preço da dívida cotada em mercado secundário.

O nível de provisões para redução ao valor recuperável dos saldos individualmente significativos, definidos como material é revisado periodicamente. Isto normalmente engloba uma reavaliação de aplicabilidade da execução de garantias mantidas e antecipação de recebimentos.

As provisões para redução ao valor recuperável somente são reduzidas quando há evidências razoáveis e objetivas de alterações favoráveis nas estimativas de perda que foram previamente estabelecidas.

Todas as operações que apresentam evidências de *impairment* foram analisadas individualmente.

d.3) Ativos que estariam em prejuízo caso não tivessem sido renegociados

Operações de empréstimos e recebíveis com prazos renegociados correspondem às transações que foram reestruturadas em razão da deterioração da posição financeira dos tomadores, e nos casos em que o Grupo fez acordos e concessões que não consideraria em outras situações. Em 31/12/2016 e 31/12/2015 não haviam ativos nessa situação.

e) Baixa para Prejuízo (“Write-Off”)

Para as situações em que se constata a não expectativa de recuperação dos ativos por parte da entidade, estes ativos são reconhecidos como baixa a prejuízo na demonstração do resultado do exercício.

Especificamente para “ativos individualmente significativos”, a baixa a prejuízo será decidida com base em critérios julgamentais.

vii. Risco de Liquidez

O risco referente a situações potenciais de diminuição de liquidez também é monitorado pela área de Risco de Mercado & Liquidez e acompanhado pelo Comitê de Liquidez do Grupo, que se reúne, no mínimo, mensalmente. Este controle é feito para evitar que o Banco Fator tenha dificuldades em honrar suas obrigações futuras de pagamento ou incorrer em custos de captação maiores que aqueles regularmente praticados.

Os ativos considerados líquidos e passíveis de comporem a liquidez do Banco Fator são formados pelo saldo em reserva e pelos títulos públicos livres, ou seja, não utilizados como lastro de operações compromissadas e não depositados como margem de garantia.

Com relação a risco de liquidez, são monitorados diariamente o limite de caixa mínimo disponível, a partir do Relatório de Posição de Caixa da tesouraria, e o fluxo de caixa projetado através do Relatório de Fluxo de Caixa Projetado. Consideramos como anomalia se o cenário de controle registrar um valor do caixa projetado negativo em até 90 dias, em linha com a Resolução nº 4090 de 24/5/2012 do Banco Central do Brasil e atualizações posteriores.

O plano de contingência de liquidez possui medidas de curto, médio e longo prazos e é acionado quando o caixa disponível fecha pontualmente abaixo de zero e, ou se ficar abaixo do limite de caixa mínimo e sem perspectiva de retorno a um nível acima do limite para os 15 dias seguintes.

O Comitê de Liquidez analisa, a cada reunião, estratégias de reversão de operações nos mercados derivativos, no intuito de desbloquear títulos utilizados como margem de garantia.

Para a gestão do caixa e do risco de liquidez, são utilizados os seguintes relatórios gerados pela área de Controladoria e a de Risco de Mercado & Liquidez por sistemas proprietários do Banco Fator:

- Relatório de Posição de Caixa: descrição das principais posições de ativos e passivos da tesouraria cuja variação devido a movimentação financeira sensibiliza o caixa da tesouraria. É utilizado para o acompanhamento da posição e do caixa do Banco Fator, explicação de eventual variação do caixa disponível e monitoramento do caixa mínimo. É gerado e enviado diariamente à tesouraria, aos gerentes das áreas de risco de mercado e liquidez, crédito e back office.
- Relatório de Fluxo de Caixa Projetado: avaliação dos ativos e passivos do Banco Fator para os próximos 252 dias úteis levando-se em conta 5 cenários de liquidez com diferentes premissas de antecipação e renovação de captações, atraso e default de crédito, execução de cartas de fiança, resgate de depósitos à vista, ajustes de futuros já faturados pela BM&F, vendas de ações e opções e projeções de despesas operacionais. É utilizado para a gestão do caixa e para o monitoramento de limite de caixa projetado. É gerado e enviado diariamente à presidência do Banco Fator, à tesouraria, à controladoria, e à área de risco de mercado e liquidez.
- Relatório de Acompanhamento Diário de Liquidez: informações do perfil das captações em termos de tipo de produto e faixas de prazo, curva ABC de captação, taxa média de captação, ajustes de BM&F, captação líquida acumulada, caixa disponível e relação de medidas visando aumentar a liquidez. São enviados ao BACEN semanalmente os relatórios diários para acompanhamento da liquidez do Banco Fator.

Nota: Os procedimentos para controle deste risco estão aderentes ao determinado pela Resolução nº 4.090 do BACEN e atualizações posteriores.

2016						
	Sem		31 a 180	181 a 365	Acima de 365	
	Vencimento	1 a 30 dias	dias	dias	dias	Total
Ativo:						
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	2.928	-	-	-	-	2.928
Ativos financeiros e instrumentos financeiros	148.856	13.140	53.568	45.151	457.111	717.826
Empréstimos e valores a receber:						
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	28.717	21.528	44.437	46.845	141.527
Outros empréstimos e recebíveis	-	10.630	-	-	-	10.630
Total do ativo	151.784	52.487	75.096	89.588	503.956	872.911
Passivo:						
Depósitos de instituições financeiras	2.483	63.350	7.309	13.272	-	86.414
Depósitos de clientes	7.008	17.225	115.817	223.185	144.044	507.279
Obrigações portáteis e valores mobiliários	-	23.226	10.049	2.753	-	36.028
Outros passivos financeiros	-	21.833	-	-	-	21.833
Total do passivo	9.491	125.634	133.175	239.210	144.044	651.554
Diferença (ativo e passivo)	142.293	(73.147)	(58.079)	(149.622)	359.912	221.357

2015						
	À vista	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Total
Ativo:						
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	2.086	-	-	-	-	2.086
Ativos financeiros e instrumentos financeiros	104.922	223.160	133.597	326.382	222.152	1.010.213
Empréstimos e valores a receber:						
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	51.968	63.730	76.047	-	191.745
Outros empréstimos e recebíveis	-	42.297	-	-	-	42.297
Total do ativo	107.008	317.425	197.327	402.429	222.152	1.246.341
Passivo:						
Depósitos de instituições financeiras	-	229.090	-	-	-	229.090
Depósitos de clientes	5.176	10.270	224.868	334.435	1.921	576.670
Obrigações portáteis e valores mobiliários	-	12.151	55.197	-	-	67.348
Outros passivos financeiros	-	43.371	-	-	-	43.371
Total do passivo	5.176	294.882	280.065	334.435	1.921	916.479
Diferença (ativo e passivo)	101.832	22.543	(82.738)	67.994	220.231	329.862

viii. Riscos das operações de seguros

O Banco Fator, através da Fator Seguradora está exposta aos seguintes riscos proveniente de suas operações e que poderiam afetar os objetivos estratégicos e financeiros, sendo eles risco de seguro, risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado e risco operacional.

A estrutura do Processo de Gerenciamento de Riscos da Fator Seguradora permite que esses riscos sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

a) Risco de Seguros

O gerenciamento de risco de seguros é um aspecto crítico no negócio. Consiste na aplicação da teoria da probabilidade aplicada para a precificação e provisionamento das operações de seguros. O principal risco é que a frequência e severidade de sinistros seja maior do que o estimado.

Risco de seguro é o risco em que o tomador ou segurado transfere para a Seguradora, o risco de ocorrência do sinistro sobre o objeto segurado. Os principais riscos abrangidos nos contratos de seguros são representados por custo dos sinistros em contrapartida ao montante global de prêmios recebidos.

São controlados através de políticas que estabelecem procedimentos, observando as determinações específicas dos requisitos regulamentares.

Estratégia de subscrição

A estratégia de subscrição visa diversificar as operações de seguros para assegurar o balanceamento da carteira agrupando os riscos com características similares objetivando reduzir o impacto de riscos isolados.

O risco de subscrição é oriundo de uma situação econômica adversa, que contraria tanto as expectativas da Seguradora no momento da elaboração de sua política de subscrição, quanto às incertezas existentes na estimativa das provisões.

A subscrição é fundamental para que a Seguradora seja capaz de alcançar dois objetivos: Fornecer cobertura de seguro e obter lucro operacional.

Estratégia de resseguro

Como forma de reduzir o risco foi definida a política de resseguro, revisada no mínimo anualmente. Para esta definição constam os riscos a ressegurar, lista dos resseguradores e grau de concentração.

Os contratos de resseguro firmados consideram condições proporcionais e não proporcionais, de forma a reduzir a exposição a riscos isolados, além de termos facultativos para determinadas circunstâncias.

Programa de Resseguro	Ramos incluídos em cada Programa de Resseguro	Quota-Parte			Excesso de Danos			
		Limite	Retenção	Cessão	Limite	Prioridade		
1	0167 - Riscos de Engenharia	160.000	30%	70%	3.000	3.000 (*)		
	0196 - Riscos Nomeados e Operacionais				8.000	6.000		
					16.000	14.000		
					18.000	30.000		
2	0310 - R. C. Administradores e Diretores (D&O)	30.000	30%	70%	2.000	1.000 (*)		
	0351 - R. C. Geral	30.000			6.000	3.000		
	0378 - R. C. Profissional	30.000						
3	0746 - Fiança Locatícia	100.000	30%	70%	11.000	9.000 (*)		
	0775 - Garantia Segurado - Setor Público	300.000			5%	95%	20.000	20.000
	0776 - Garantia Segurado - Setor Privado							

(*) Representam a exposição máxima da Seguradora, por unidade de risco, em cada um dos três programas de resseguro.

A Seguradora trabalha basicamente com os seguintes grupos de seguros:

- Seguros de riscos patrimoniais - Oferece cobertura básica para danos causados por incêndios, queda de raios e explosão causada por gás empregado no uso doméstico (quando não gerado nos locais segurados) e suas consequências tais como desmoronamento, impossibilidade de proteção ou remoção de salvados, despesas com combate ao fogo, salvamento e desentulho do local.
- Seguros de riscos de engenharia - Oferece cobertura aos riscos decorrentes de falha de engenharia e suas etapas como instalação e montagem, obras civis em construção, quebra de máquinas entre outros.
- Seguros de responsabilidades - Asseguram uma compensação na ocorrência de prejuízos, podendo abranger inclusive seus empregados e clientes. Os principais riscos relacionam-se a danos corporais e materiais. O Seguro de responsabilidade inclui, entre outros, a responsabilidade geral/pública, de produto, de conselheiros e diretores, por erros e omissões e responsabilidade por cancelamento de eventos.
- Seguros financeiros - Inclui o Seguro Garantia, anteriormente denominado Seguro Garantia de Obrigações Contratuais (GOC). Utilizado por órgãos da administração direta e indireta (federais, estaduais e municipais), públicos e privados, que devem exigir garantias de manutenção de oferta (em caso de concorrência) e de fiel cumprimento dos contratos e também para as empresas privadas que, nas suas relações contratuais com terceiros (fornecedores, prestadores de serviços e empreiteiros de obras), desejam garantir-se contra o risco de descumprimento dos contratos.

Ramos	Prêmios Emitidos		Resseguros Cedidos		Percentual Ressegurado	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
	Riscos de engenharia	15.867	12.417	14.294	10.268	90,09
Riscos nomeados e operacionais	26.346	15.094	21.173	13.569	80,37	89,90
RC de administradores e diretores(D&O)	9.960	8.315	8.022	6.824	80,54	82,07
RC Profissional (E&O)	2.954	2.485	1.688	1.979	57,14	79,64
R.C.Geral	2.530	2.431	2.076	1.840	82,06	75,69
DPVAT	47.309	44.243	-	-	-	0,00
Garantia de obrigações públicas	10	(81)	8	(65)	80,00	80,25
Fiança Locatícia	1.209	524	761	290	62,94	55,34
Garantia de concessões públicas	-	(8)	-	(6)	0,00	75,00
Garantia judicial	(212)	91	(193)	(260)	91,04	-285,71
Garantia segurado-setor público	64.832	46.277	55.427	44.460	85,49	96,07
Garantia segurador-setor privado	5.549	3.496	6.704	6.218	120,81	177,86
Total bruto de riscos vigentes não emitidos, comissões e despesas diferidas	176.354	135.284	109.960	85.117		
Prêmios de riscos vigentes não emitidos	616	(6.991)	-	-		
Prêmios de riscos vigentes não emitidos - Resseguros cedidos	-	-	406	(3.402)		
Comissões sobre resseguros cedidos	-	-	(36.129)	(27.472)		
Variações das despesas de resseguros	-	-	(9.079)	(675)		
Total líquido de riscos vigentes não emitidos, comissões e despesas diferidas	176.970	128.293	65.158	53.568		

O gerenciamento dos riscos destes seguros é administrado pela Fator Seguradora principalmente, pela precificação, seleção de riscos e resseguro. Há monitoramento e reação de forma tempestiva às mudanças nos ambientes econômicos e comerciais, assegurando um alto padrão de análise e aceitação de riscos. Os departamentos técnicos monitoram e avaliam a exposição de risco sendo responsáveis pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição, tratamento de sinistros, resseguro e provisões técnicas de seguros e resseguros.

b) Risco de Crédito

A Seguradora adota política de gerenciamento das exposições de suas contrapartes de resseguro, limitando as resseguradoras que poderão ser usadas, e o impacto de eventual inadimplemento das resseguradoras é avaliado regularmente.

c) Risco Operacional

Em conformidade com o item “v. *Risco Operacional*” a estrutura de gestão do Risco Operacional do Conglomerado Fator está centralizada na Área de Controles Internos & Risco Operacional, sendo a Seguradora parte deste conglomerado e do sistema de gestão.

d) Riscos Financeiros

Os negócios de seguros estão expostos a uma variedade de riscos financeiros, incluindo risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A natureza e o gerenciamento desses riscos estão descritos abaixo.

O quadro a seguir analisa os ativos mantidos pela Seguradora, por tipo de contrato, e proporciona uma visão panorâmica da exposição ao risco financeiro:

Títulos para negociação	2016			2015	
	Até 30 dias	de 31 a 180 dias	Acima de 365 dias	Valor contábil / mercado	Valor contábil / mercado
	Certificados de depósito bancário	-	-	-	-
Fundo de investimentos abertos	8.886	-	-	8.886	2.875
Letras do Tesouro Nacional	12.993	-	-	12.993	11.229
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	128.905	128.905	114.029
Fundo de investimento em direito creditório - FIDC	-	562	-	562	2.089
Fundo de investimento - DPVAT	87.514	-	-	87.514	55.677
Fundos exclusivos	-	237	50.442	50.679	39.838
Total	109.393	799	179.347	289.539	226.251

Em 2016 foram investidos 61,61% dos ativos financeiros em títulos públicos (71,62% em 2015).

e) Risco do Negócio

Produtos de seguros comercializados pela Seguradora tipicamente incluem características ou combinações de características que podem não ser facilmente ou exatamente replicadas para os investimentos. O risco de mercado surge quando ocorrem descasamentos entre passivos e investimentos financeiros que os apoiam; por exemplo, descasamentos entre vencimentos e rendimentos de ativos e passivos originados pelo risco de taxa de juros.

Gerenciamento do risco do negócio

A Seguradora define o valor de sua carteira de investimentos e delega a gestão desta carteira à FAR, empresa de gestão de recursos de terceiros do Grupo FATOR.

- A Seguradora com base nos seus passivos de curto prazo e reservas técnicas concentra parte substancial de seus investimentos em títulos públicos, que têm fácil liquidez no mercado;
- A Seguradora faz uso de contratos financeiros derivativos, quando necessário, com o intuito de proteger suas posições ativas.
- A Seguradora acompanha todos os investimentos, gerenciando sua rentabilidade e variações de mercado.

f) Risco de Liquidez

É característica inerente a quase todos os contratos de seguro que exista incerteza sobre os montantes dos passivos reclamados que possam surgir e o período de sua liquidação e isso leva ao risco de liquidez.

Existem três aspectos a serem considerados no risco de liquidez. O primeiro deles nasce em condições normais de mercado e refere-se ao risco de liquidez, especificamente, a capacidade de obter caixa suficiente para cumprir o pagamento das obrigações, quando necessário. Em segundo lugar, o risco de liquidez de mercado ocorre quando um ativo não pode ser liquidado pelo valor aproximado de mercado. Finalmente, há o risco de liquidez padrão, que se refere a capacidade de satisfazer as condições de pagamento em situações anormais.

A Fator Seguradora gerencia o risco de liquidez utilizando-se das seguintes técnicas:

- Aplicando em investimentos com boa qualidade de crédito em mercados ativos e líquidos para o grau que se propõem; e
- Monitorando a concentração de investimentos.

Cada uma dessas técnicas contribui para mitigar os três tipos de risco de liquidez detalhados acima.

A Seguradora possui um comitê de investimentos que se reúne periodicamente, com o objetivo de avaliação dos investimentos. O risco de liquidez é avaliado pelo comitê que, determina a permanência ou a mudança da política de investimentos.